



SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR

Nº 2017-029537541-001

BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

M2781-2017-0100134

FI. 1/8

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 3 GP/4 PEL PM MAMB/14 CIA PM IND MAT		MUNICÍPIO MINAS NOVAS	
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL UNIDADE MILITAR: 3 PEL/23 CIA PM IND/14 RPM UNIDADE POLICIAL: 9ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/MINAS NOVAS			
DATA DO REGISTRO 10/10/2017 21:24		DESTINATÁRIO 9ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/MINAS NOVAS	
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO			
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA DEPAROU COM A OCORRÊNCIA (INICIATIVA)		DATA DA COMUNICAÇÃO 10/10/2017	HORA DA COMUNICAÇÃO 20:01
DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE			
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL L27126 - CAUSA POLUICAO C/ DANO VEGETAIS/ANIMAIS S/ DANO SAUDE			
ALVO DO EVENTO VIA DE ACESSO PUBLICA		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	
DATA/HORA DO FATO 10/10/2017 20:01		DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO 10/10/2017 23:40	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO 10/10/2017 23:43
DESCRIÇÃO DO LUGAR VIA DE ACESSO PUBLICA		COMPL DE LOCAL MEDIATO VIA DE ACESSO PUBLICA	
LOCAL (AV., RUA, ETC) RODOVIA 367/TREVO DE MINAS NOVAS			
NÚMERO S/N	KM XXXX	COMPLEMENTO XXXX	BAIRRO / VILA ZONA RURAL CEP 39650-000
MUNICÍPIO MINAS NOVAS	UF MG	PAÍS BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA TREVO DE MINAS NOVAS		LATITUDE -17° 13' 10,4"	LONGITUDE -42° 36' 20,10"
TIPO VIA ESTRADA/RODOVIA ESTADUAL			
QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS			
ENVOLVIDO 1			
SEXO XXXXX	TIPO ENVOLVIMENTO AUTOR	TIPO DE PESSOA JURIDICA	COD. NATUREZA L27126 TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA CAUSA POLUICAO C/ DANO VEGETAIS/ANIMAIS S/ DANO SAUDE			
NOME COMPLETO COPANOR SERVICOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO DO NORTE E NORDESTE/MG			
APELIDOS COPANOR			
NACIONALIDADE XXXX	DATA NASCIMENTO XXXX	NATURALIDADE / UF XX	
IDADE APARENTE XXXX	ESTADO CIVIL XXXX		
ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO NAO SE APLICA		
CUTIS XXXX	OCUPAÇÃO ATUAL XXXX		
MÃE XXXX			
PAI XXXX			
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO XXXX			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE XXXX	ÓRGÃO EXPEDIDOR XXXX	UF XX	CPF / CNPJ 09104426000160
ESCOLARIDADE XXXX			
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA JOAQUIM ANANIAS TOLEDO	NÚMERO 125	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX
BAIRRO DOUTOR LAERTE LAENDER	MUNICÍPIO TEOFILO OTONI	UF MG	
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR (33) 3523-5354
ENVOLVIDO 2			
SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO AUTOR	TIPO DE PESSOA FISICA	COD. NATUREZA L27126 TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA CAUSA POLUICAO C/ DANO VEGETAIS/ANIMAIS S/ DANO SAUDE			
NOME COMPLETO GILSON FERREIRA COSTA			

DIGITADOR: FM1220573

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: FM1220573  
10/10/2017 23:43

Registro sujeito a alterações até o dia 21/10/2017.





## ENVOLVIDO 2

NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 29/11/1980	NATURALIDADE / UF -DIAMANTINA / MG
IDADE APARENTE 36	GRAU DA LESÃO SEM LESOES APARENTES	ESTADO CIVIL SOLTEIRO
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NAO SE APLICA	
CUTIS PARDA	Ocupação ATUAL OPERADOR MAQUINAS PESADAS	
MÃE ANA LUCIA FERREIRA COSTA		
PAI JOSE AMARO FERREIRA		
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL		
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 11688240	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF MG
ESCOLARIDADE ENSINO MEDIO COMPLETO (2º GRAU)		CPF / CNPJ 04886439616
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) TRAVESSA MUNICIPAL	NÚMERO 25	KM XXXXX
		COMPLEMENTO XXXX
BAIRRO VILA OPERARIA	MUNICÍPIO DIAMANTINA	UF MG
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR XXXX
		TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR (38) 999-953-098
PRISÃO / APREENSÃO SEM PRISAO		HOVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ? -NÃO

## ENVOLVIDO 3

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO AUTOR	TIPO DE PESSOA FISICA	COD. NATUREZA L27126	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA CAUSA POLUICAO C/ DANO VEGETAIS/ANIMAIS S/ DANO SAUDE				
NOME COMPLETO ANTONIO DA CONCEICAO NEVES				
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 07/12/1978	NATURALIDADE / UF SERRA / MG		
IDADE APARENTE 38	GRAU DA LESÃO SEM LESOES APARENTES	ESTADO CIVIL DIVORCIADO		
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NAO SE APLICA			
CUTIS NEGRA	Ocupação ATUAL OPERADOR DE SISTEMAS			
MÃE MARIA DA LUZ NEVES				
PAI FRANCISCO RODRIGUES NEVES				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 11116400	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF MG		CPF / CNPJ 04122450608
ESCOLARIDADE ENSINO MEDIO COMPLETO (2º GRAU)				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA SAO VICENTE	NÚMERO 192	KM XXXXX		COMPLEMENTO XXXX
BAIRRO RIO GRANDE	MUNICÍPIO DIAMANTINA			UF MG
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR XXXX		TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR XXXX
PRISÃO / APREENSÃO SEM PRISAO				HOVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ? NÃO

## VEÍCULOS

## VEÍCULO 1

ENVOLV. NR. 2	SITUAÇÃO VEÍCULO APREENDIDO	MOTIVO APREENSÃO RELACIONADO A OUTROS CRIMES/INFRACOES.
NR. CRLV/CLA XXXX	RENAVAM 198339267	TIPO DE VEÍCULO CAMINHAO
CHASSI 9BM9790489B671252	MARCA / MODELO M. BENZ/915C	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
ESPECIE XXXX	CATEGORIA OFICIAL	ACOPLADO? XXXX
PLACA HNG-8120	COR PREDOMINANTE BRANCA	ANO EXERCÍCIO 2017
	ANO FABRICAÇÃO 2009	SEGURO OBRIGATORIO ? XXXX
		SEGURO OPCIONAL ? XXXX

DIGITADOR: PM1220573

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1220573  
10/10/2017 23:43

Registro sujeito a alterações até o dia 21/10/2017



SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR		Nº 2017-029537541-001	
BOLETIM DE Ocorrência	BO NÚMERO	M2781-2017-0100134	FI. 3/8

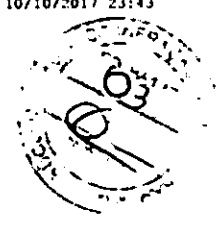
VEÍCULOS							
VEÍCULO 1							
NOME PROPRIETÁRIO GILSON FERREIRA COSTA							
RESPONSÁVEL CIVIL XXXX		PLACA ESPECIAL XXXX		ÚLTIMO PAGAMENTO IPVA 2013		ANO MODELO 2009	
OS DADOS DO VEÍCULO FORAM VALIDADOS NO SDAX?		SIM					
DADOS CONDUTOR	INFORMOU DADOS DE HABILITAÇÃO?	PAÍS DE EMISSÃO	TIPO	Nº DO REGISTRO	CATEGORIA	RECOLHIDA ?	UF
	SIM	BRASIL	NOVA	00765143223	AD	NÃO	MG
DATA 1ª HABILITAÇÃO 12/08/1999	DATA VENCIMENTO 02/05/2021	SITUAÇÃO DO CONDUTOR HABILITADO					
FOI POSSÍVEL DEFINIR A GRAVIDADE DO DANO?		NÃO					
MOTIVO PELO QUAL NÃO FOI POSSÍVEL DEFINIR A GRAVIDADE DO DANO XXXX							
TODOS OS OCUPANTES DO VEÍCULO							
ENVOLVIDO GILSON FERREIRA COSTA		DISPOSITIVO DE SEGURANÇA XXXX				OCUPANTE AUTOR (0100)	

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE	
<p>NESTA DATA FOMOS ACIONADOS PELA GUARNIÇÃO DO 3º PEL PM DE MINAS NOVAS COMPOSTA PELO CB EVANDRO E SD LUCAS, ONDE OS MILITARES DURANTE PATRULHAMENTO FLAGRARAM O VEÍCULO MERCEDES BENZ PLACA HNG-8120, ( DENOMINADO VEÍCULO CAMINHÃO TANQUE HIDROJATO ), EMPLACADO NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG, CONDUZIDO PELO SR. GILSON FERREIRA COSTA, E SE ASSISTENTE SR. ANTONIO DA CONCEIÇÃO NEVES, OPERADOR DE SISTEMAS, AMBOS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA COPANOR SERVIÇOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, REALIZANDO DESCARGA DE DEJETOS LÍQUIDOS ( ESGOTO ), PRÓXIMO AO TREVO DE MINAS NOVAS NA RODOVIA MG 367. COMPARECEMOS NO LOCAL ONDE DURANTE FISCALIZAÇÃO, CONSTATAMOS QUE A DESCARGA DOS DEJETOS FOI REALIZADA A CÉU ABERTO, SEM QUALQUER TRATAMENTO NAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS 17° 13' 10.4" S - 42° 36' 20.1", ONDE OS DEJETOS CARREARAM EM MEIO AO SOLO E A VEGETAÇÃO EXISTENTE NO LOCAL POR 175 METROS, PODENDO CARREAR DURANTE AS CHUVAS ATÉ UM Córrego SEM DENOMINAÇÃO ( NÃO PERENE ), A JUSANTE DO LOCAL, POR GRAVIDADE, E POSTERIORMENTE NO RIO FANADO. EM CONTATO COM OS AUTORES, ESTES ALEGARAM QUE COLETARAM OS DEJETOS NO DISTRITO DE BAIXA QUENTE, ZONA RURAL DE MINAS NOVAS, E QUE REALIZARAM A DESCARGA NAQUELE LOCAL, PENSANDO SE TRATAR DO LIXÃO DO MUNICÍPIO. DIANTE DOS FATOS O VEÍCULO FOI APREENDIDO, SENDO O MESMO REMOVIDO PARA O PÁTIO CREDENCIADO DO DETRAN PELO REBOQUE AFERCO EMPREENDIMENTOS-ME, CONFORME FICHA DE VISTORIA Nº 000005, ONDE PERMANECERÁ A DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA. TENDO EM VISTA QUE HOUVE INFRAÇÃO CONFORME PREVISÃO CONTIDA NA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS Nº 9605/98, LAVRAMOS EM DESFAVOR DOS AUTORES OS AUTOS DE INFRAÇÃO NOS FORMULÁRIOS DA SEMAD/FEAM DE Nº 108016/2017, EM DESFAVOR DA EMPRESA COPANOR SERVIÇOS DE SANEAMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, SEMAD/FEAM Nº 108017/2017, EM DESFAVOR DE GILSON FERREIRA COSTA, SEMAD/FEAM Nº 108018/2017, EM DESFAVOR DE ANTONIO DA CONCEIÇÃO NEVES. COMUNICO-VOS QUE O MUNICÍPIO DISPÕE DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO ONDE PODERIA TER SIDO DESTINADO O MATERIAL.</p>	

Perícia Técnica			
PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFÍXO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NAO	XXXX	XXXX	XXXX XXXX
MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO XXXX			

VIATURAS				
VIATURA 1				
TIPO DA VIATURA	ÓRGÃO			
COBERTURA	POLICIA MILITAR			
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO				
VEICULO DE SERVICIO PARA TRANSPORTE DE PRESOS -				
PLACA	PREFÍXO / ÓRGÃO	REGISTRO GERAL	PREFÍXO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
OQM8006	PM	20752	20752	XXXX
VIATURA 2				
TIPO DA VIATURA	ÓRGÃO			
PRINCIPAL	POLICIA MILITAR			
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO				
AUTOMOVEL DE SERVICIO -				
PLACA	PREFÍXO / ÓRGÃO	REGISTRO GERAL	PREFÍXO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
HMH4895	PM	15895	15895	XXXX

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES		
MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE		
NÚM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1485911	CABO
NOME COMPLETO		
EVANDRO ANTONIO PINTO		
CORPORACÃO		
POLICIA MILITAR		





SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR

Nº 2017-029537541-001

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO.

M2781-2017-0100134

Fl. 4/8

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

UNIDADE

1 GP/3 PEL/23 CIA PM IND/14 RPM

Hipotecado?

NÃO

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA

1

MATRÍCULA

1712744

CARGO

SOLDADO DE 1 CLASSE

NOME COMPLETO

TARCIZO LUCAS LIMA

CORPORAÇÃO

POLICIA MILITAR

UNIDADE

1 GP/3 PEL/23 CIA PM IND/14 RPM

Hipotecado?

NÃO

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA

2

MATRÍCULA

1220573

CARGO

3 SARGENTO

NOME COMPLETO

ADELSON CARLOS FERREIRA

CORPORAÇÃO

POLICIA MILITAR

UNIDADE

3 GP/4 PEL PM MAMB/14 CIA PM IND MAT

Hipotecado?

NÃO

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA

2

MATRÍCULA

1220789

CARGO

3 SARGENTO

NOME COMPLETO

EVERALDO JOSE G DE AZEVEDO

CORPORAÇÃO

POLICIA MILITAR

UNIDADE

3 GP/4 PEL PM MAMB/14 CIA PM IND MAT

Hipotecado?

NÃO

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA

2

MATRÍCULA

1467521

CARGO

CABO

NOME COMPLETO

WALTER FERREIRA DOS REIS

CORPORAÇÃO

POLICIA MILITAR

UNIDADE

3 GP/4 PEL PM MAMB/14 CIA PM IND MAT

Hipotecado?

NÃO

## DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE

3 GP/4 PEL PM MAMB/14 CIA PM IND MAT

MATRÍCULA

1220573

NOME COMPLETO

ADELSON CARLOS FERREIRA

CARGO

3 SARGENTO

CORPORAÇÃO

POLICIA MILITAR

ASSINATURA:

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL  
OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

## DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO M2781-2017-0100134 e Número de REDS 2017-029537541-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA

XXXX

HORA

XXXX

MATRÍCULA

XXXX

NOME

XXXX

CARGO

XXXX

ORGÃO/UF

POLICIA CIVIL / MG

UNIDADE

9ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/MINAS NOVAS

DIGITADOR: PM1220573

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1220573

10/10/2017 23:43

Registro sujeito a alterações até o dia 21/10/2017



PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE

XXXX

TENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO

- VEÍCULOS 1

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:

PM1220573 - ADELSON CARLOS FERREIRA

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:

10/10/2017 22:02

## DESTINATÁRIO / RECIBO 2

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

CARGO

XXXX

ORGÃO/UF

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMAD / MG

UNIDADE

JAI JEO EM DIAMANTINA/MG

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE

XXXX

TENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO

XXXX

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:

PM1220573 - ADELSON CARLOS FERREIRA

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:

10/10/2017 22:02

## ANEXO MEIO AMBIENTE

NOME DO LOCAL  
MG 367 TREVO DE MINAS NOVASBACIA HIDROGRÁFICA  
RIO JEQUITINHONHA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO REPRESSIVA

XXXX

## AUTUAÇÕES E PROCEDIMENTOS

## AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 1

ENVOLVIDO NR.	NATUREZA DA AUTUAÇÃO	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$)
1	CAUSA POLUICAO C/ DANO VEGETAIS/ANIMAIS S/ DANO SAUDE	108016	17.943,52

Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI  
108016Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD  
XXXXNº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR  
XXXXVALOR DO ERF (R\$)  
XXXXNÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS  
XXXXNº DA NOTIFICAÇÃO - NOT  
XXXXNOTIFICAÇÃO PARA DATA  
XXXXNOTIFICAÇÃO PARA HORA  
XXXXLOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO  
XXXX

FORMULÁRIOS UTILIZADOS

SEMAD - FEAM

DESCRIÇÃO OUTROS

XXXX

## AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 2

ENVOLVIDO NR.	NATUREZA DA AUTUAÇÃO	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$)
2	CAUSA POLUICAO C/ DANO VEGETAIS/ANIMAIS S/ DANO SAUDE	108017	17.943,52

Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI  
108017Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD  
XXXXNº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR  
XXXXVALOR DO ERF (R\$)  
XXXXNÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS  
XXXXNº DA NOTIFICAÇÃO - NOT  
XXXXNOTIFICAÇÃO PARA DATA  
XXXXNOTIFICAÇÃO PARA HORA  
XXXXLOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO  
XXXX

FORMULÁRIOS UTILIZADOS

SEMAD - FEAM

DESCRIÇÃO OUTROS

XXXX

## AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 3

ENVOLVIDO NR.	NATUREZA DA AUTUAÇÃO	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$)
3	CAUSA POLUICAO C/ DANO VEGETAIS/ANIMAIS S/ DANO SAUDE	108018	17.943,52

Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI  
108018Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD  
XXXXNº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR  
XXXXVALOR DO ERF (R\$)  
XXXXNÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS  
XXXXNº DA NOTIFICAÇÃO - NOT  
XXXXNOTIFICAÇÃO PARA DATA  
XXXXNOTIFICAÇÃO PARA HORA  
XXXXLOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO  
XXXX

FORMULÁRIOS UTILIZADOS

SEMAD - FEAM

DESCRIÇÃO OUTROS

XXXX

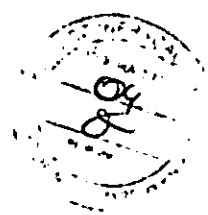
DIGITADOR: PM1220573

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1220573

10/10/2017 23:43

Registro sujeito a alterações até o dia 21/10/2017





SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR

Nº 2017-029537541-001

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M2781-2017-0100134

Fl. 6/8

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 3

FORMULÁRIOS UTILIZADOS

SEMAD - FEAM

DESCRIÇÃO OUTROS

XXXX

DIGITADOR: PM1220573

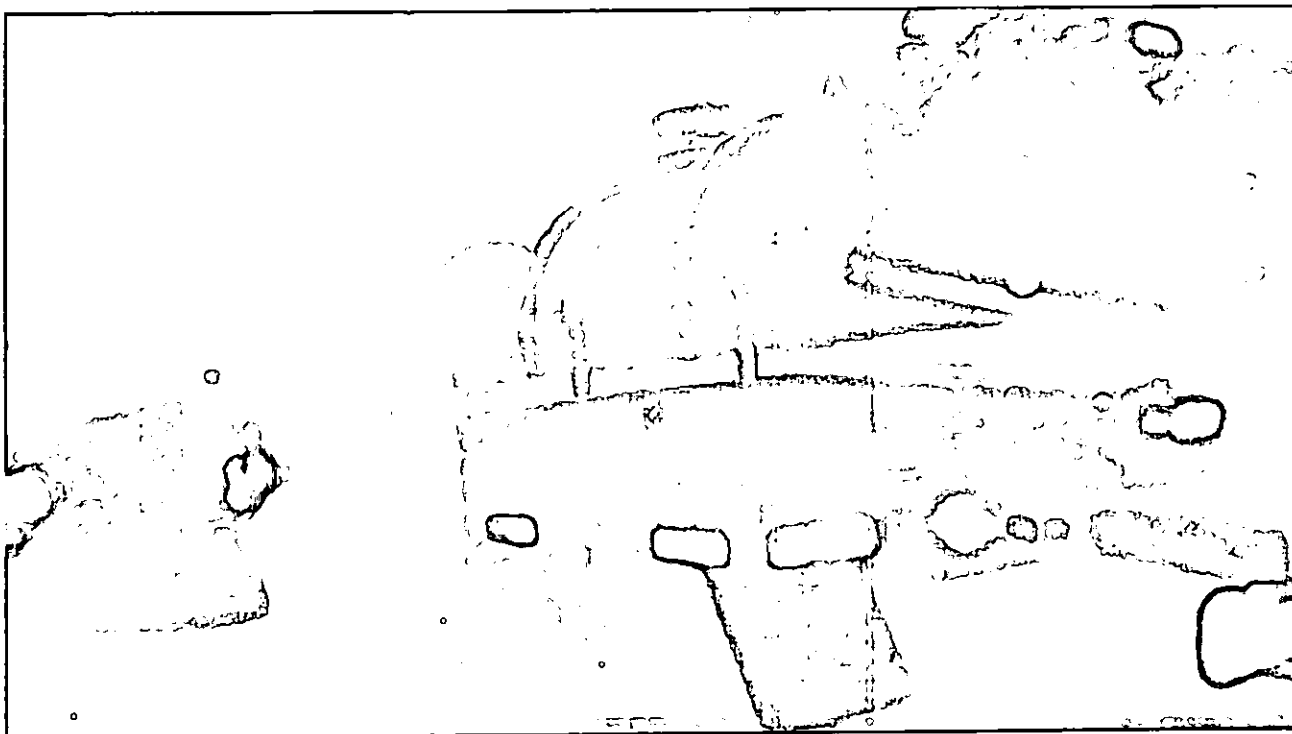
REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1220573  
10/10/2017 23:43

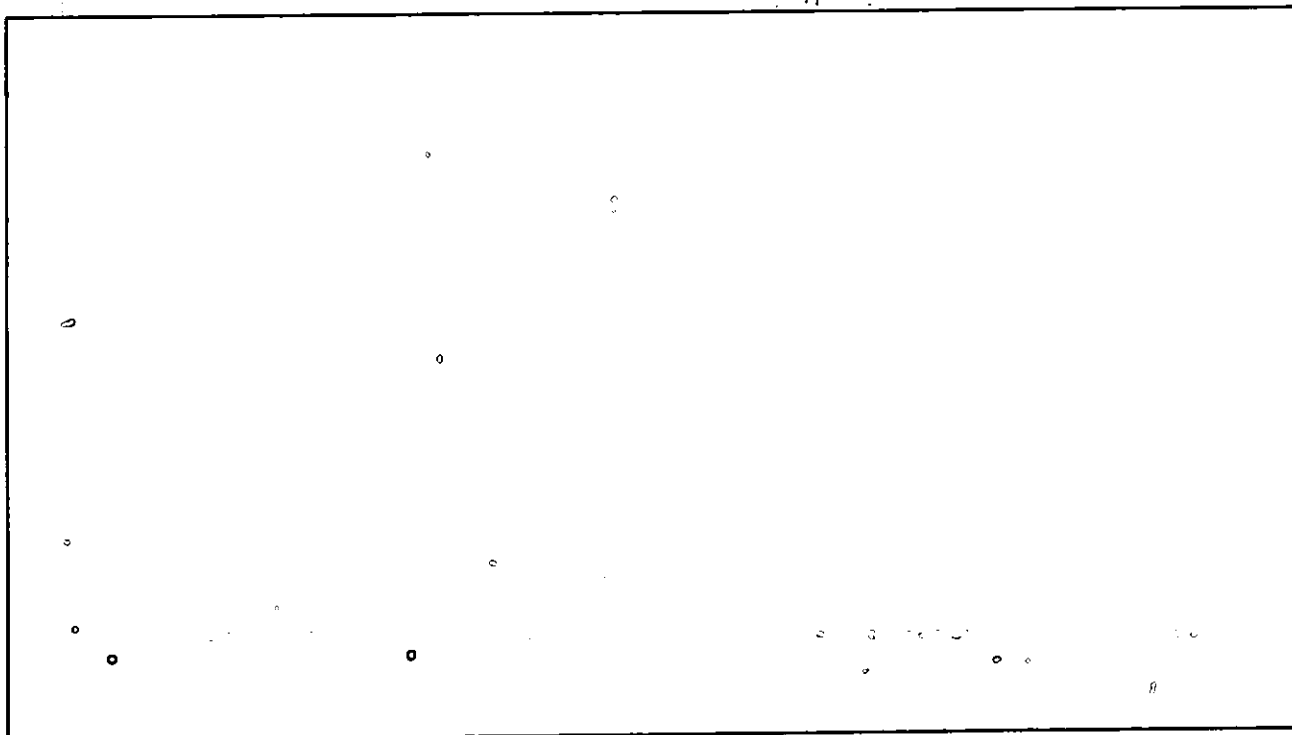
Registro sujeito a alterações até o dia 21/10/2017

## FOTOS DE MEIO AMBIENTE

**FOTO MEIO AMBIENTE 1**



**FOTO MEIO AMBIENTE 1**



DIGITADOR: PM1220573

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Registro sujeito a alterações até o dia 21/10/2017

GERADO POR: PM1220573  
10/10/2017 23:43

10/10/2017 23:43



SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR

Nº 2017-029537541-001

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M2781-2017-0100134

Fl. 8/8

FOTO MEIO AMBIENTE 1



\*\*\*\*\* FIM DOS ANEXOS: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\* FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. \*\*\*\*\*





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 108016/2017  
Lavrado em Substituição ao AI nº:  
Vinculado ao: ☐ Auto de Fiscalização nº de ☐ Boletim de Ocorrência nº 100.136 de 10/10/2017  
2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☐ SIM ☒ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:  
☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SGRAI ☐ SUCFIS ☒ PMMG

Local: Minas Novas/MG  
Dia: 10 de outubro de 2017 Hora: 20:01

Nome do Autuado/ Empreendimento: COPAM - Serviços Integrados de Saneamento do Norte e Nordeste  
Data Nascimento: Nome da Mãe:

☐ CPF: ☒ CNPJ: 09.104.426/0001-60 ☐ Outros:

Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) Nº. / km: Complemento:

RUA JOAQUIM ANANIAS TOLEDO 125 COPAM

Bairro/Logradouro: LOTE DEPEND. Município: Taquara Otari UF: MG

CEP: 38.363-175 Cx Postal: Fone: (35) 3523-5354 E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis  
Nome do 1º envolvido: ☐ CPF: ☐ CNPJ: Vínculo com o AI Nº:  
Nome do 2º envolvido: ☐ CPF: ☐ CNPJ: Vínculo com o AI Nº:

6. Descrição Infração  
CAUSA Poluição ou Degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos Recursos Hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats, ou que prejudique a saúde, a segurança e o bem estar da população.

7. Coordenadas da Infração  
Geográficas: ☒ WGS ☐ SIRGAS 2000 Latitud: Grau 17º Min 13 Seg 10.4 Longitude: Grau 49º Min 36 Seg 20.1  
Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

8. Embasamento legal  
Artigo Anexo Código Inciso Alínea Decreto/ano Lei / ano Resolução DN Port. Nº Órgão  
83 I 122 - - 44844/06

9. Atenuantes /Agravantes  
Atenuantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alínea Redução  
Agravantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alínea Aumento

10. Reincidência ☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP  
Infração Porte Penalidade Valor  
01 P ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária 17.943,52  
ERP: Kg de pescado: Valor ERP por Kg: R\$ Total: R\$ 17.943,52

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:

Valor total das multas: 17.943,52 (dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais, cinquenta e dois centavos).

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações  
A EMPRESA COPAM COLHEU O ESCOTO DIAMANTINO DO DISTRITO BEIRA QUANTA, UTILIZANDO O CAMINHÃO/TANQUE HIODRATO, MARCA/MODELO MERCEDES BENZ/915C, PLACA HNG-8120, VINDO A LANCAR NO ASFALTO DA TRILHA DE MINAS NOVAS. AS ATIVIDADES FICAM SUSPENSAS. O VEICULO FOI APREENDIDO FICANDO NO PÁTIO CERCENCIADO EM MINAS NOVAS.

13. Depositário  
Nome Completo: ☐ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG:  
Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro / Logradouro: Município:  
UF: CEP: Fone: Assinatura:

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAT JES NO SEGUINTE ENDEREÇO: AV. SPODOR, Nº 335- CENTRO DIAMANTINO/MG

14. Assinaturas  
01. Servidor: (Nome Legível) MASP: Assinatura do servidor:  
Walter Ferreira dos Reis 146752-1  
02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) Função/Vínculo com Autuado: Assinatura do Autuado/Representante Legal:  
COPAM Funcionário

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

14 - CIV. PENED-MAT  
AUTO INFRAÇÃO  
AVALIADO  
Nº PM 1220789 SGT. Isidoro  
DATA: 12/10/17  
ASS: 81  
RECEBI: FI 226.112015 - DAT

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

12/0000 2014

*cltinho - não plimilhado*



Saneamento é cidadania

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO  
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.

## AO NÚCLEO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO - NAI JEQUITINHONHA

Auto de Infração nº 108016/2017

Localidade: Minas Novas/MG

NÚCLEO REGIONAL	
JEQUITINHONHA - 12/10/2017	
Tipo de Doc.	<input checked="" type="checkbox"/> Entrada <input type="checkbox"/> Saída
Nº do Doc.	618 112
36/10/17	Raquel Andreotti M.
Data	Nome Legível do Responsável

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR, Sociedade Anônima, CNPJ 09.104.426/0001-60, com sede Rua Joaquim Ananias Toledo, 125, bairro Laerte Laender, CEP:39.803-171, Teófilo Otoni/MG, vem por intermédio de sua procuradora que esta subscreve (procuração anexa), apresentar DEFESA ao Auto de Infração nº 108016/2017, por meio dos fatos e razões a seguir aduzidas.

### I - TEMPESTIVIDADE

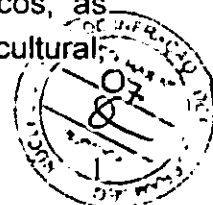
A COPANOR recebeu o Auto de Infração nº 108016/2017 no dia 10/10/2017, conforme comprova a assinatura do autuado/representante no referido instrumento.

Assim, nos termos do artigo 33 do Decreto nº 44.844/2008, o prazo de vinte dias para apresentação de defesa irá vencer no dia 30/10/2017.

Logo, depreende-se que a defesa, protocolizada nesta data, é tempestiva.

### II - DOS FATOS

No Auto de Infração nº 108016/2017 foi imputada à COPANOR a conduta descrita no Decreto nº 44844/2008, art. 83, anexo I, cód. 122: "Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população".





Saneamento é cidadania

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO  
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.

Segundo o alegado pelo agente autuante, a COPANOR coletou o "esgoto doméstico do Distrito de Baixa-Quente, utilizando caminhão/tanque hidrojetado, vindo a lançar no asfalto do Trevo de Minas Novas/MG."

### III - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO ANTE AO VÍCIO FORMAL

Dispõe o art. 31 do Decreto Estadual nº 44.844/08:

*"Art. 31. Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, em três vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação de processo administrativo, **devendo o instrumento conter:***

*I - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço;*

*II - fato constitutivo da infração;*

*III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;*

**IV - circunstâncias agravantes e atenuantes;**

**V - reincidência;**

*VI - aplicação das penas;*

*VII - o prazo para pagamento ou defesa;*

*VIII - local, data e hora da autuação;*

*IX - identificação e assinatura do servidor credenciado responsável pela autuação; e*

*X - assinatura do infrator ou de seu preposto, sempre que possível, valendo esta como notificação." (grifo nosso)*

A presença desse dispositivo na norma como condição de validade do Auto de Infração lavrado é justamente para coibir arbitrariedades por parte dos Agentes Ambientais e assegurar à Autuada plenas condições de apresentar defesa dos fatos a ela imputados.

A disposição legal ou regulamentar que fundamentar a autuação deve ser precisa, clara, indubitável, sob pena de prejudicar ou mesmo inviabilizar a elaboração da defesa, afrontando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição da República, segundo o qual:

*"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"*





Saneamento é cidadania

**COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO  
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.**

No presente caso é patente a imprecisão com que foi lavrado o Auto de Infração em tela, tendo em vista a ausência de informações acerca das circunstâncias agravantes e atenuantes (requisito disposto no inciso IV do artigo 31 do Decreto Estadual nº 44.844/08) e da reincidência (requisito disposto no inciso V do artigo 31 do Decreto Estadual nº 44.844/08), o que torna a aplicação da penalidade infundada.

Salientamos que o § 2º do artigo 27 do Decreto Estadual nº 44.844/08 dispõe que o servidor ao lavrar os autos de infração deverá fundamentar a aplicação da penalidade tendo em vista os critérios previsto no inciso III desse artigo 27, cuja alínea "b" dispõe: "b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual".

*"Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002, e Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio das SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.*

*§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:*

*I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;*

*II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;*

*III - lavar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:*

*a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;*

***b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;***

*c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;*

*d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e*

*e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta; e*





Saneamento é cidadania

**COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO  
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.**

*IV - determinar, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas, para o meio ambiente, recursos hídricos ou para as atividades sociais e econômicas, medidas emergenciais e a suspensão ou redução de atividades durante o período necessário para a supressão do risco.*

**§ 2º O servidor credenciado, ao lavrar os autos de fiscalização ou boletim de ocorrência e de infração, deverá fundamentar a aplicação da penalidade, tendo em vista os critérios previstos no inciso III." (grifo nosso)**

Vejamos o recorte abaixo, comprovando a ausência de informações acerca das circunstâncias agravantes e atenuantes (requisito disposto no inciso IV do art. 31 do Decreto Estadual nº 44.844/08) e da reincidência (requisito disposto no inciso V do art. 31 do Decreto Estadual nº 44.844/08) o que impede qualquer juízo acerca dos antecedentes do infrator, e assim, conforme exposto acima, tornam o auto de infração inválido:

8. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alinea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
		83	I	122	-	-	44844/08					

9. Atenuantes / Agravantes	Atenuantes					Agravantes				
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alinea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alinea	Aumento

10. Reincidência	<input type="checkbox"/> Genérica	<input type="checkbox"/> Específica	<input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar	<input type="checkbox"/> Não se aplica
------------------	-----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------------------------------------	----------------------------------------

Ademais, nesse Auto de Infração, verifica-se vício formal pela ausência da indicação da Lei a qual a Autuada estaria infringindo.

Tal fato fere gravemente a Constituição da República de 1988, no seu art. 5º, II, pelo qual *ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.*

No mesmo sentido está o Código Penal Brasileiro, no seu art. 1º, determinando que *não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.*

Inexistindo indicação legal a definir o fato típico, não há que se falar em aplicação de qualquer penalidade, restando inaplicável a multa.





Saneamento é cidadania

**COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO  
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.**

Portanto, ausentes tais elementos, relega-se o Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, assegurados textualmente pela Carta Constitucional de 1988, devendo ser o Auto de Infração em tela considerado nulo, pois inexistentes os requisitos formais necessários à sua constituição válida, não tendo o mesmo a prerrogativa de estabelecer qualquer vínculo jurídico.

Asseveramos tratar-se de nulidade absoluta, não comportando convalidação, devendo, portanto, ser o presente Auto de Infração declarado nulo e arquivado.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Ante ao exposto, requer:


- a) com base na argumentação exposta, seja cancelado o Auto de Infração nº 108016/2017, desfazendo toda e qualquer relação jurídica que tenha se originado com a lavratura de tal documento;
- b) a juntada de eventuais documentos, até que o processo seja remetido à conclusão da autoridade julgadora, com fulcro no disposto no artigo 34, §4º do Decreto nº 44844/2008.


Em anexo, a COPANOR encaminha os seguintes documentos:

- a) Procuração e Substabelecimento;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- c) Estatuto Social da COPANOR;
- d) Auto de Infração nº 108016/2017.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 25 de Outubro de 2017

  
Felícia Horta Silva Pereira  
Assistente de Advocacia  
OAB/MG 114.887

  
Advª Márcia Antonieta Cruz Trigueiro  
OAB/MG 72.859





# Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 1907P  
PRIMEIRO TRASLADO

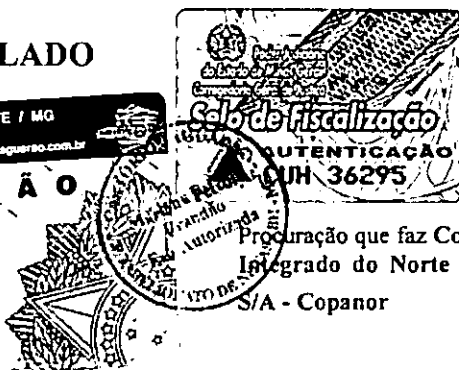
FOLHA - 060



**AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original apresentado, dou fé.  
Belo Horizonte  
17/10/2017

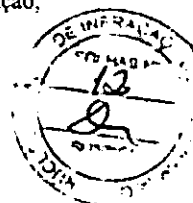
Em R\$4,80 T.F.J:R\$1,49 Total:R\$6,29



**Saibam** quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de

Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e quinze (2015), aos 22 (vinte e dois) dias do mês de dezembro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor, com sede na Rua Joaquim Ananias de Toledo nº 125, bairro Doutor Laerte Laender em Teófilo Otoni, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.104.426/0001-60, neste ato representada por seu Diretor Financeiro: Edson Machado Monteiro, brasileiro, casado, economista, carteira de identidade nº. MG-458.111 SSP/MG, inscrito no CPF nº. 102.027.571-53, com domicílio comercial na Rua Mar de Espanha, nº 525, bairro Santo Antonio, CEP-30330.270, Belo Horizonte/MG, o presente reconhecido e identificado como o próprio e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela, através de seu representante me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes Procuradores: Pedro Eustáquio Scapolatempore, brasileiro, casado, advogado, carteira profissional nº 35.323 OAB/MG, inscrito no CPF sob o nº. 251.586.516-04, Adlei Duarte de Carvalho, brasileiro, casado, advogado, carteira profissional nº. 72.958 OAB/MG, inscrito no CPF sob o nº. 764.776.146-34, Alessandra Guimarães Rocha, brasileira, casada, advogada, carteira profissional nº. 90.498 OAB/MG, inscrita no CPF sob o nº. 038.521.516-94, Roberto Celso Dias de Carvalho, brasileiro, solteiro, advogado, carteira profissional nº. 71.123 OAB/MG, inscrito no CPF sob o nº. 355.731.476-68, Gustavo Reis Aragão Rodrigues, brasileiro, casado, advogado, carteira profissional nº. 72.567 OAB/MG, inscrito no CPF sob o nº. 773.597.716-68, todos com endereço comercial na Rua Mar de Espanha, nº 525, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, aos quais confere os poderes da cláusula "ad judicium" e "et extra" para o foro em geral e os especiais, para, em conjunto ou separadamente, representar a Outorgante perante todos os Juízos e Tribunais, nos processos em que a Outorgante compareça como autora, ré, assistente, oponente, denunciada à lide, nomeada à autoria ou chamada ao processo, podendo, os outorgados, receber citações, notificações e intimações judiciais, renunciar, desistir, receber e dar quitação,

Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011  
PABX: (31) 3014-4600 / (31) 3247-4000 - www.cartoriojaguarao.com.br  
Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior







firmar acordos e compromissos, recorrer, formular exceções, assinar carta de preposição, fazer levantamento de alvará judicial e/ou depósitos judiciais, propor, contestar, transigir, recorrer em ação rescisória, bem como agir na defesa de seus interesses perante repartições públicas e fazendárias federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, podendo, também, interpor impugnação, manifestação de inconformidade e recurso perante a Receita Federal do Brasil (Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária), consultar dados da Outorgante, inclusive os protegidos por sigilo fiscal referidos no artigo 3º da Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.860, de 11/10/2010, tirar cópias xerográficas de documentos, ter vistas e retirar processos com carga da Secretaria da Receita Federal, solicitar certidões, documentos e obter informações relativas à regularidade fiscal, dados e valores de débitos, créditos, dívidas e pendências diversas, relatório de restrições de tributos previdenciários, protocolizar documentos e requerer certidão negativa de débito, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao desempenho deste mandato, e ainda, substabelecer em parte ou no todo, mas com reserva, os poderes que lhes foram conferidos. Assinará este instrumento. Feita sob minuta. Protocolo nº. 28703/2015. Valores referentes a esta Procuração: Emolumentos: R\$ 73.73 - RECOMPE R\$ 4.42; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 24.56; Total: R\$ 102.71. Valores referentes a Arquivamento de: 0 folhas: Emolumentos: R\$ 0.00; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 0.00; Total: R\$ 0.00. Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, Mirian Bomfá Santos Alves, Tabeliã Substituta, a subscrevi. Edson Machado Monteiro- TRASLADADA EM SEGUIDA.

Eu, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, tabelião, a subscrevo e assino em público e caso.

Em testº. [assinatura] da verdade.

O TABELIÃO [assinatura]



<b>PODER JUDICIÁRIO - TJMG</b>	
<b>CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA</b>	
Ofício do 2º de Notas de Belo Horizonte	
Selo Eletrônico Nº:	<b>AK096654</b>
Cód. Seg.:	<b>3916.2657.9456.4762</b>
Quantidade de Atos Praticados:	<b>00001</b>
Emol.: R\$78.15 - TFC: R\$ 24.56 - Valor Final: R\$ 102.71	
Consulte a validade deste Selo no site <a href="https://selos.tjmg.jus.br">https://selos.tjmg.jus.br</a>	





# Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

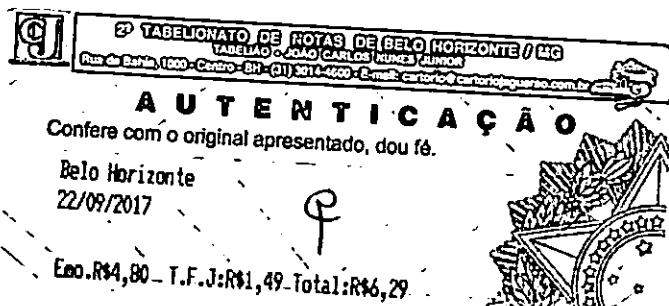
Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



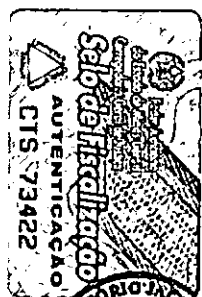
LIVRO - 1987P

PRIMEIRO TRASLADO

FOLHA - 001

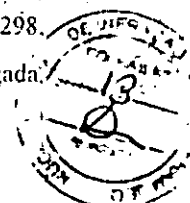


Substabelecimento de Procuração que  
faz Pedro Eustáquio  
Scapolatempore



Saibam quantos este público instrumento virem que, do ano de

nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e dezesseis (2016), aos 03 (três) dias do mês de outubro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: Pedro Eustáquio Scapolatempore, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 35.323, CPF nº 251.586.516-04, com endereço comercial na Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo Antonio, CEP-30330-270, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais; parte que se identificou ser a própria, conforme documentação apresentada, do que dou fé. E, pelo Outorgante me foi dito que, por este público instrumento, substabelece, nos termos do artigo 667, parágrafo 2º do Código Civil, a favor de Ana Carolina Belém Rios, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 86.992, CPF nº 039.834.626-77; Blenda Rodrigues de Medeiros, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 78.491, CPF nº 024.245.496-80; Brígida Bueno Maiolini, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB sob o nº 70.714, CPF nº 903.551.136-00, Bruno Moreira Ferreira, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 135.375, CPF nº 093.959.076-06; Camila Januário Ferreira Soares, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 142.134, CPF nº 081.843.126-10; Camila Nicolai Gomes, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 132.876, CPF nº 012.447.976-69; Carolina Crosland Guimarães Veloso, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 131.440, CPF nº 063.584.826-02; Carolina Damião Lara Meirelles, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 129.298, CPF nº 076.389.616-09; Deneth Bonnerges Souza Ribeiro, brasileira, divorciada, advogada,



inscrita na OAB/MG sob o nº 70.978, CPF nº 878.771.476-00; Denise Linas Nascimento, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 79.162, CPF nº 986.289.686-87; Eleazar Araújo De Carvalho, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 94.587, CPF nº 013.396.386-14; Fernando Ribeiro Lobato Bicalho, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 77.569, CPF nº 044.297.316-08; Frederico Foureaux Freitas, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 95.316, CPF nº 040.356.466-28; Frederico Pinto Bethônico, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 116.035, CPF nº 064.128.836-06; Gabriela Costa Cruz Cunha Peixoto, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 113.047, CPF nº 063.020.856-59; Gabriela Ramos Resende, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 119.434, CPF nº 061.306.966-80; Gustavo Motta e Silva Mendes, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 83.744, CPF nº 047.658.746-80; Isabella Azevedo Rabelo, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 95.205, CPF nº 032.972.016-30; Isabella da Silva Alves, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 76.649, CPF nº 009.637.756-93; João Batista de Gouveia Costa, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 81.063, CPF nº 540.227.386-34; Juliana Janine Trovão Santos, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 93.698, CPF nº 822.752.116-91; Luiz Cláudio Bernardes Eugênio, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 82.248, CPF nº 610.702.546-49; Marcela Fontenelle Grillo, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 149.096, CPF nº 062.435.216-13; Marcello Corrêa da Cunha Medeiros, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 152.410, CPF nº 124.571.257-82; Márcia Antonieta Cruz Trigueiro, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 72.859, CPF nº 866.824.666-68; Maria Cecília Batista Baeta Condessa, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 95.347, CPF nº 045.725.556-05; Maria Nazaré Ferrão, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 49.500, CPF nº 245.070.166-49; Marília da Silveira Engel, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 130.959, CPF nº 080.185.876-39; Raphaelo Philippe Pinel e Moura, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 89.659, CPF nº 961.048.996-68; Renata Martins Simão, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 146.720, CPF nº 039.200.416-07; Ronei Mendes Cardoso, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 97.215, CPF nº 029.792.666-71; Rosilene Pereira Alves, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 89.595, CPF nº 030.955.396-22; Sílvia Maria Machado, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 84.364, CPF nº 031.218.216-36, todos com domicílio profissional na Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo Antônio, CEP-30330-270, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, os poderes que lhes foram outorgados pela COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE - COPANOR, em 22 de dezembro de 2015, fls. 060, Livro





# Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais

LIVRO - 1987P

FOLHA - 002

1907P, destas NOTAS, cujo traslado fica fazendo parte integrante deste instrumento para convalidá-lo. Os substabelecidos poderão retirar em juízo Alvarás Judiciais expedidos em nome da COPANOR, bem como requerer, junto às instituições financeiras, que o valor seja creditado exclusivamente na Conta Vinculada – Convênio de Centralização de Alvarás nº CC 6524-1, Operação 003, Agência 0935 da Caixa Econômica Federal. Poderão, ainda, substabelecer para fins de carga processual, requerer cópia de processo e agir em conjunto ou separadamente, sendo-lhes VEDADOS, no entanto, os poderes de receber citações, desistir e renunciar. Esta procuração só terá validade mediante a apresentação da procuração acima mencionada a qual fica fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento. Protocolo nº. 20870/2016. Valores referentes a esta Procuração: Emolumentos: R\$ 17.15 - RECOMPE R\$ 1.03; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 5.73; Total: R\$ 23.91. Valores referentes a Arquivamento de: 0 folhas: Emolumentos: R\$ ; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ ; Total: R\$ 0.00. Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, Mirian Bomfá Santos Alves, Tabeliã Substituta, a subscrevi. Pedro Eustáquio Scapolatempore - - TRASLADADA EM SEGUIDA.

Eu, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, tabelião, a  
subscrevo e assino em público e raso.  
Em testº. [assinatura] da verdade.

O TABELIÃO

PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Ofício do 2º de Notas de Belo Horizonte  
Selo eletrônico Nº: AYH94714  
Cód. Seg.: 9991.3853.9680.5980

Quantidade de Atos Praticados: 1

Emol.: R\$ 18.18 - T.F.J: R\$ 5.73 - Valor Final: R\$ 23.91

Consulte a validade deste Selo no site <[HTTPS://selos.tjmg.jus.br](https://selos.tjmg.jus.br)>



**AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original apresentado, dou fé.

Belo Horizonte

22/09/2017

Emo. R\$4,80 T.F.J: R\$1,49 Total: R\$6,29



Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011

PABX: (31) 3014-4600 / (31) 3247-4000 - WhatsApp: (31) 98312-1694 - [www.cartoriojaguarao.com.br](http://www.cartoriojaguarao.com.br)

Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 09.104.426/0001-60 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 10/09/2007
NOME EMPRESARIAL COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPANOR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO R JOAQUIM ANANIAS DE TOLEDO	NUMERO 125	COMPLEMENTO	
CEP 39.803-171	BAIRRO/DISTRITO DOUTOR LAERTE LAENDER	MUNICÍPIO TEOFILO OTONI	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO REGIA.DUTRA@COPASA.COM.BR		TELEFONE (31) 3250-1661 / (31) 3250-1763	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/09/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 25/10/2017 às 15:02:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 25/10/2017





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300025616

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº da Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR**  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J173273598893

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

**TEOFILO OTONI**

Local

**12 Junho 2017**

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO

\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

## OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3826AF2E2CDFD03ADD272E96426899151D432B3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qpTa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 1/18



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

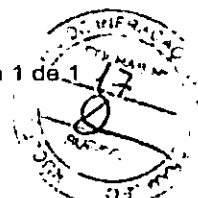
## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/286.626-0	J173273598893	05/06/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1





COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A  
NIRE 313.000.256-16

CNPJ/MF nº 09.104.426/0001-60  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2017**

**1. Data, Hora e Local:** realizada no dia 20 de janeiro de 2017, às 10:00 horas, na sede da Controladora, Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, localizada na rua Mar de Espanha 525, bairro Santo Antônio, CEP 30.330-270, Belo Horizonte/MG. **2. Presença:** presentes os representantes legais de ambas as Companhias, controladora e controlada/subsidiária integral, Edson Machado Monteiro, Diretor Financeiro da Companhia e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da COPASA MG e Sinara Inácio Meireles Chenna, Presidente do Conselho de Administração da Companhia e Diretora-Presidente da COPASA MG. Presente, ainda, Kátia Roque da Silva, Gerente da Secretaria Geral. **3. Convocação:** convocação dispensada nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, face à presença dos representantes legais da única acionista COPASA MG, representando, portanto, a totalidade do capital social da Companhia. **4. Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sinara Inácio Meireles Chenna, que convidou Kátia Roque da Silva para secretariá-la. **5. Ordem do Dia:** (i) proposta de aumento do capital social da Companhia; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia; **6. Deliberações:** instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o que segue: (i) aprovar, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, a homologação do aumento de capital de R\$57.365.026,67 (cinquenta e sete milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, vinte e seis reais e sessenta e sete centavos) para R\$72.730.064,00 (setenta e dois milhões, setecentos e trinta mil e sessenta e quatro reais), mediante subscrição de novas ações no valor total de R\$15.365.037,33 (quinze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, trinta e sete reais e trinta e três centavos). Dessa forma, o capital social passará a ser representado por 72.730.064 (setenta e duas milhões, setecentas e trinta mil e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real), nos termos da Reunião do Conselho de Administração de 19/01/2017; (ii) alterar o artigo 5º e a alínea "r" do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia que passarão a ter a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$72.730.064,00 (setenta e dois milhões, setecentos e trinta mil e sessenta e quatro reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 72.730.064 (setenta e duas milhões, setecentas e trinta mil e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real). Parágrafo Primeiro O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Parágrafo Segundo A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização de bens, a competência para o aumento de capital social será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal". "Artigo 12 Compete ao Conselho de Administração, principalmente: (...) r) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital social acima do limite do capital autorizado, a sua integralização em bens e a reforma do Estatuto Social." **7. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e assinada pela presidente, Sinara Inácio Meireles Chenna, pela secretária, Kátia Roque da Silva, e pelos representantes da acionista controladora COPASA MG, Sinara Inácio Meireles Chenna, Diretora-Presidente, e Edson Machado Monteiro, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2017. Confere com a original lavrada em livro próprio. Assinada digitalmente por Kátia Roque da Silva.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/286.626-0	J173273598893	05/06/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Página 1 de 1





# **ESTATUTO SOCIAL COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR**

**Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil**

---

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 20/01/2017





**COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO  
DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR**

NIRE 313.000.256-16  
CNPJ nº 09.104.426/0001-60

**CAPÍTULO I**

**Denominação, Sede, Prazo e Objeto**

**Artigo 1º** A Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, doravante denominada simplesmente Companhia, cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, é uma Sociedade Anônima, subsidiária integral da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, doravante denominada simplesmente COPASA MG.

**Parágrafo Único** A Companhia será regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, em particular a Lei Federal nº 6.404/76.

**Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

**Artigo 3º** A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

**Artigo 4º** A Companhia tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo todas as atividades correlatas, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados; a coleta, a reciclagem, o tratamento e a disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

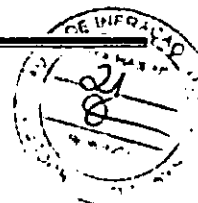
**Parágrafo Primeiro** A Companhia, em sua atuação, respeitará a seguinte ordem de prioridade:

- I) municípios onde a COPASA MG não atue; e
- II) municípios onde a COPASA MG não tenha implantado serviço de esgotamento sanitário.

**Parágrafo Segundo** A Companhia somente poderá receber a subconcessão de serviços da COPASA MG se houver lei autorizativa do Município concedente, precedida da realização de audiência pública com as comunidades interessadas.

**Parágrafo Terceiro** A Companhia obedecerá às diretrizes do Plano de Saneamento Básico vigente para a região de sua atuação, estabelecidos nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

**Parágrafo Quarto** A Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela COPASA MG.





**Parágrafo Quinto** A Companhia, sempre que vantajoso em termos econômicos, contratará a COPASA-MG para elaboração de projetos e a prestação de serviços que viabilizem a execução das obras e a operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário sob sua responsabilidade.

**Parágrafo Sexto** A Companhia, sempre que vantajoso em termos econômicos, poderá contratar, diretamente ou por intermédio da COPASA MG, mediante regular processo de licitação, a execução das obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário sob sua responsabilidade, e os demais serviços correlatos, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Sétimo** A Companhia deve gerar recursos financeiros para fazer face à manutenção de seu capital de giro, bem como dos seus custos não operacionais.

## **CAPÍTULO II**

### **Capital Social e Ações**

**Artigo 5º** O capital social da Companhia é de R\$72.730.064,00 (setenta e dois milhões, setecentos e trinta mil e sessenta e quatro reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 72.730.064 (setenta e duas milhões, setecentas e trinta mil e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real).

**Parágrafo Primeiro** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

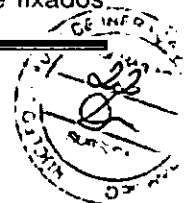
**Parágrafo Segundo** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização de bens, a competência para o aumento de capital social será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

## **CAPÍTULO III**

### **Assembleia Geral**

**Artigo 6º** A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, na qualidade de acionista único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

**Parágrafo Primeiro** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social, em local, data e hora previamente fixados





pelo Conselho de Administração, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberações às disposições do presente Estatuto Social e às prescrições legais pertinentes.

**Parágrafo Segundo** As reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo Diretor-Presidente da Controladora ou, na sua ausência, por substituto eleito pelos demais presentes e secretariadas por pessoa escolhida pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes à reunião.

**Artigo 7º** A Assembleia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

- I) reforma do Estatuto;
- II) nomeação e destituição, a qualquer tempo, de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- III) aumento e/ou subscrição de novas ações ou redução do capital social;
- IV) incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão ou fusão;
- V) participação da Companhia em grupo de sociedade.

#### **CAPÍTULO IV** **Da Administração**

**Artigo 8º** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

**Parágrafo Único** É vedado o pagamento de remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia, à exceção do Diretor-Presidente, quando esse não exercer cumulativamente outro cargo na Controladora.

#### **Conselho de Administração**

**Artigo 9º** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, dos quais um será o seu Presidente.

**Parágrafo Único** O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado em 1 (um) ano, salvo renúncia ou destituição, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Artigo 10** Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos





requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei Federal nº 6.404/76.

**Parágrafo Único** Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será eleito, por Assembleia Geral Extraordinária, para completar o respectivo mandato.

**Artigo 11** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, pelo menos uma vez em cada trimestre, preferencialmente, na sede da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente e somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo suas deliberações tomadas mediante o voto favorável da maioria dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

**Parágrafo Segundo** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem este indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por um Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

**Parágrafo Terceiro** Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes e, posteriormente as atas deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis.

**Artigo 12** Compete ao Conselho de Administração, principalmente:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) definir a estrutura organizacional da Companhia no nível de diretoria, fixando suas atribuições e definindo os assuntos e competências que ficarão sob sua responsabilidade;
- c) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- d) aprovar os planos de negócios e orçamentos operacionais e de investimentos da Companhia;
- e) fiscalizar a gestão da Diretoria, e praticar quaisquer atos necessários ao exercício de suas funções;
- f) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício, que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- g) aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação de quaisquer normas e regulamentos de organização interna da Companhia;
- h) aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valor igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- i) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre exclusão de bens imóveis do ativo permanente da Companhia, por motivo de alienação e inutilidade aos serviços;
- j) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a utilização de bens móveis para a prestação de garantias a terceiros, no valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).





- k) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a aquisição e constituição de ônus reais sobre bens imóveis de qualquer valor;
- l) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, bem como os termos aditivos das respectivas contratações e homologações de processo administrativo licitatório de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- m) deliberar sobre convênios e contratos não previstos na alínea "l", que impliquem em empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, bem como os termos aditivos das respectivas contratações de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- n) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- o) escolher e destituir auditores independentes;
- p) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- q) autorizar o pagamento de Gratificação por Desempenho; e
- r) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital social acima do limite do capital autorizado, a sua integralização em bens e a reforma do Estatuto Social.

#### **Diretoria Executiva**

**Artigo 13** A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, um dos quais será o Diretor-Presidente.

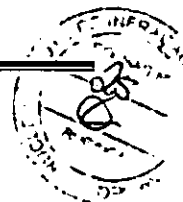
**Parágrafo Primeiro** Os membros da Diretoria Executiva deverão ser, obrigatoriamente, escolhidos dentre os membros da Diretoria Executiva da COPASA MG, à exceção do Diretor-Presidente, o qual, preferencialmente, será escolhido dentre os membros da Diretoria Executiva da COPASA MG.

**Parágrafo Segundo** O mandato dos membros da Diretoria Executiva será unificado em 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos e terminará na data de realização da terceira Assembleia Geral Ordinária subsequente à Reunião do Conselho de Administração que os tiver elegido. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Parágrafo Terceiro** A remuneração do Diretor-Presidente, que não acumule cargo de Diretor na COPASA MG, será fixada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Quarto** Caso o membro da Diretoria deixe de ser, também, membro da Diretoria Executiva da COPASA MG, o mesmo será automaticamente destituído do seu cargo, devendo na próxima reunião do Conselho de Administração ser registrado este fato.

**Artigo 14** A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que necessário, pelo menos uma vez por mês, preferencialmente, na sede da Companhia.





**Parágrafo Primeiro** As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas por seu Diretor-Presidente ou pela maioria de seus Diretores, e somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo suas deliberações tomadas mediante o voto favorável da maioria dos presentes, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

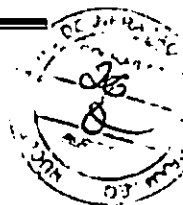
**Parágrafo Segundo** Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião.

**Parágrafo Terceiro** Ocorrendo vaga na Diretoria Executiva, compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros ou do seu Conselho de Administração, um Diretor para exercer interinamente suas funções, até a eleição de novo Diretor pelo Conselho de Administração.

**Artigo 15** No exercício de suas funções, os Diretores deverão realizar todas as operações e praticar todos os atos, de ordinária administração, necessárias à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do presente Estatuto Social, quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios, estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito.

**Artigo 16** Compete à Diretoria Executiva:

- a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração, bem como suas atualizações e revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- c) aprovação de qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores iguais ou superiores a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferiores a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). A aprovação destes investimentos ou despesas, com valor inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), caberá ao Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor;
- d) autorizar a exclusão de bens móveis do ativo permanente, no valor de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;
- e) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação bem como os termos aditivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório de valores iguais ou superiores a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e inferiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A autorização para instauração desses processos administrativos, com valores inferiores a R\$150.000,00 (cento e







cinquenta mil reais), caberá ao Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor ou com o Superintendente Executivo;

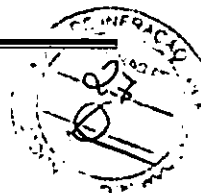
- f) aprovação de convênios e dos contratos não previstos na alínea "e" envolvendo empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, bem como os termos aditivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório que individualmente ou em conjunto apresentem valores iguais ou superiores a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e inferiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A autorização para aprovação desses convênios e contratos, com valores inferiores a R\$150.000,00 (cento cinquenta mil reais), caberá ao Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor ou com o Superintendente Executivo;
- g) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, de valor inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- h) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor Financeiro; e
- i) convocar reuniões do Conselho de Administração na ausência do seu Presidente.

#### **Artigo 17** Compete ao Diretor-Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) exercer a direção da sociedade, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- c) coordenar o planejamento global da Companhia, inclusive a elaboração dos planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia a serem submetidos ao Conselho de Administração, e dirigir os trabalhos da Companhia;
- d) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- e) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- f) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função;
- g) prover pessoal adequado às necessidades da Companhia dentro das disponibilidades orçamentárias existentes;
- h) conferir outras atribuições aos Diretores no interesse da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações do Conselho de Administração a este respeito; e
- i) todos os demais atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja pelo presente Estatuto atribuída a competência à Diretoria Executiva.

**Parágrafo Único** Nos casos de ausência do Diretor-Presidente, devidamente formalizada à Diretoria Executiva, o mesmo será substituído por um Diretor por ele indicado.

#### **Artigo 18** A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:





- I) pelo Diretor-Presidente em conjunto com outro Diretor ou com um procurador com poderes especiais devidamente constituído;
- II) pelo Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor, quando houver obrigação financeira para a Companhia;
- III) pelo Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor, para efetuar pagamentos, transações bancárias, endossos e aceites cambiais. O Diretor Financeiro poderá designar três procuradores com poderes especiais, devidamente constituídos, para que em conjunto de dois possam efetuar pagamentos, transações financeiras, endossos e aceites cambiais da Companhia;
- IV) por dois procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos;
- V) por um só Diretor ou um procurador devidamente constituído ou o Superintendente Executivo, para a prática dos seguintes atos:
- a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e entidades de classes;
  - b) representação da Companhia perante sindicatos ou perante a Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados.
- VI) pelo Diretor de Gestão Corporativa em conjunto com outro Diretor ou com o Superintendente Executivo ou com um procurador devidamente constituído, para acordos trabalhistas.

**Parágrafo Único** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia mediante a assinatura do Diretor Financeiro após aprovação da Diretoria Executiva, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão validade máxima de um ano.

## **CAPÍTULO V**

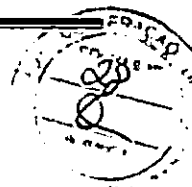
### **Do Conselho Fiscal**

**Artigo 19** A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

**Parágrafo Primeiro** O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho Fiscal permanecerão no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus sucessores.

**Parágrafo Segundo** É vedado o pagamento de remuneração aos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

**Parágrafo Terceiro** No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.





**Parágrafo Quarto** Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, este Órgão deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Quinto** O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, mediante convocação de representante do acionista controlador, conforme artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo Sexto** As reuniões serão presididas por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes e secretariadas por quem este indicar.

**Parágrafo Sétimo** Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes e, posteriormente, as atas deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Exercício Social**

**Artigo 20** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

**Artigo 21** A Companhia não poderá conceder doações de qualquer natureza.

**Artigo 22** A Companhia poderá conceder subvenções a entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, desde que enquadradas nas exigências estabelecidas nas normas internas da Companhia, observados os princípios contidos no artigo 37 da Constituição Federal e desde que o valor total das subvenções não ultrapasse a 0,6% do total do último faturamento da Companhia.

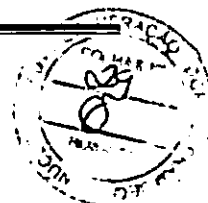
## **CAPÍTULO VII**

### **Da Responsabilidade dos Administradores**

**Artigo 23** Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto Social.

**Artigo 24** A Companhia, quando não figurar no pólo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade destes administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções.

**Parágrafo Primeiro** A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.





**Parágrafo Segundo** Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria ou o empregado condenado, com decisão judicial transitada em julgado, baseada em violação de lei, do Estatuto Social ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

**Parágrafo Terceiro** Quando a Companhia não indicar, tempestivamente, um advogado para a defesa de membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria ou do empregado, se este for absolvido, fará jus ao ressarcimento das custas e honorários advocatícios despendidos na ação.

**Parágrafo Quarto** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de seus Diretores, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da Liquidação**

**Artigo 25** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação, bem como nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

## **CAPÍTULO IX**

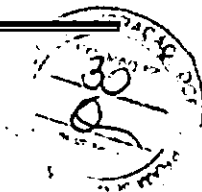
### **Das Disposições Gerais**

**Artigo 26** Os Conselheiros, Diretores e os empregados do quadro permanente da COPASA MG, que exercerem funções em proveito da Companhia, continuarão sendo remunerados pela COPASA MG.

**Parágrafo Único** A contraprestação pecuniária pelo exercício de funções em proveito da Companhia por Conselheiros, Diretores e empregados do quadro permanente da COPASA MG será realizada nos termos de convênio firmado entre as partes ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-lo.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2017.

Assinado digitalmente por Kátia Roque da Silva.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

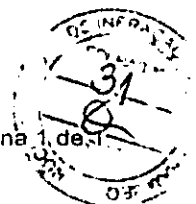
Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/286.626-0	J173273598893	05/06/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025816 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3826AF2E2CDFD03ADD272E96426899151D432B3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qpTa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA DE REGISTRO

pág. 18/18



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, de nire 3130002561-6 e protocolado sob o número 17/286.626-0 em 05/06/2017, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6295171, em 14/06/2017. O ato foi deferido digitalmente pela 6ª TURMA DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

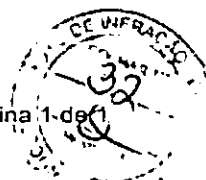
### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Belo Horizonte. Quarta-feira, 14 de Junho de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3826AF2E2CDFD03A0D272E98426899151D432B3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qpTa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 17/18



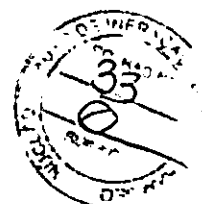
# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
044.011.556-61	RICARDO FERREIRA BAROUCH
537.501.016-04	HELTON ANDRADE
133.750.596-04	VICENTE DE PAULA ALEIXO DIAS
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Quarta-feira, 14 de Junho de 2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3826AF2E2CDFD03ADD272E96426899151D432B3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qpTa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 108016/2017

Lavrado em Substituição ao AI nº:

Vinculado ao: ☐ Auto de Fiscalização nº ☒ Boletim de Ocorrência nº: 100.134 de 10/10/2017

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☐ SIM ☒ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:  
☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SGRAI ☐ SUCFIS ☒ PPMG

Local: Minas Novas/MG  
Dia: 10 outubro 2017 Hora: 20:01

Nome do Autuado/ Empreendimento:

COPANOR - SERVIÇOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO DO NORTE DE MINAS

Data Nascimento:

Nome da Mãe:

☐ CPF: ☒ CNPJ: 09.104.426/0001-60

☐ Outros:

Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência)

RUA JOAQUIM ANANIAS TOLEDO

Nº / km:

125

Complemento:

COPANOR

Bairro/Logradouro:

Imente LINDEN

Município:

Teófilo OTONI

UF

MG

CEP: 39.863-175

Cx Postal:

Fone: (33) 3523-5354

E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI Nº:

Nome do 2º envolvido:

☐ CPF: ☒ CNPJ:

Vínculo com o AI Nº:

6. Descrição Infração

CAUSAR POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE QUALQUER NATUREZA QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR EM DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS, AS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS, AOS ECOSISTEMAS E HABITATS, OU QUE PREJUDIQUE A SAÚDE, A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR POPULÁRIO

7. Coordenadas da Infração

Geográficas:

DATUM:

☒ WGS ☐ SIRGAS 2000

Latitude:

Grau 17º Min 13" Seg 10.4"

Longitude:

Grau 42º Min 36" Seg 40.1"

Planas: UTM

FUSO 22 23 24

X=

(6 dígitos)

Y=

(7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo

83

Anexo

I

Código

122

Inciso

-

Alínea

-

Decreto/ano

44844/08

Lei / ano

-

Resolução

-

DN

-

Port. Nº

-

Órgão

-

9. Atenuantes / Agravantes

Atenuantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução

Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

10. Reincidência

☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
01	P	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 17.943,52		R\$ 17.943,52
ERP:		Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:

Valor total das multas: R\$ 17.943,52 (DEZESSETE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS, CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$

12. Demais penalidades/ recomendações/ Observações

A EMPRESA COPANOR COLHEU O ESSATO DOMÉSTICO DO DISTrito BRISA QUENTE, UTILIZANDO O CAMINHÃO/TANQUE HIDROJATO, MARCA/MODELO MERCEDES BENZ/915G, PLACA HNG-8120, VINDO A LANCAR NO ASFALTO DO TREVO DE MINAS NOVAS. AS ATIVIDADES FICAM SUSPENSAS. O VEICULO FOI APREENDIDO FICANDO NO PÁTIO CREDENCIADO EM MINAS NOVAS.

13. Data 16/10/17

Nome Completo:

☐ CPF:

☐ CNPJ:

☒ RG: 339

Endereço: Rua, Avenida, etc.

Nº / km:

Bairro / Logradouro:

Município:

UF:

CEP:

Fone:

Assinatura:

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAI JEG. NO SEQUINTE ENDEREÇO: AV. SAULOPPE, Nº 335- CENTRO DIAMANTINO/MG.

14. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível)

WALTER FERREIRA DOS REIS

MASP:

146752-1

Assinatura do servidor:

WALTER FERREIRA DOS REIS

02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)

COPANOR

Função/Vínculo com Autuado:

Funcionário

Assinatura do Autuado/Representante Legal

WALTER FERREIRA DOS REIS



**PARECER ÚNICO Nº 175/2019 – DEFESA**

Indexado ao Processo CAP nº 495368/17

Auto de Infração 108016/2017

**1. Identificação**Empreendedor:  
COPANORCNPJ / CPF:  
09.104.426/0001-60**2. Discussão**

Na data de 10 de outubro de 2017 foi lavrado pela PMMG o Auto de Infração nº 108016/2017, amparado no Boletim de Ocorrência nº M2781-2017-0100134, que contempla as penalidades de multa simples no valor de R\$17.943,52 (dezesete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), apreensão do caminhão/tanque hidrojetado, Marca/Modelo Mercedes Benz/915C, Placa HNG – 8120 e suspensão da atividade, em face da COPANOR, por ter sido constatada a prática da seguinte irregularidade, prevista no Art. 83, Anexo I, Código 122, do Decreto Estadual nº 44.844/2008:

*"I – Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza, que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança e o bem estar da população".*

A notificação da lavratura do Auto de Infração ocorreu no dia 10/10/2017.

A defesa é tempestiva, vez que interposta por via postal no dia 25/10/2017, dentro do prazo de 20 (vinte) dias previsto pelo art. 33, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, oportunidade em que alegou, em síntese, que:

→ Nulidade do Auto de Infração ante o vício formal, diante da inobservância das disposições do art. 31, IV e V e art. 27, III do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Ao final requer seja declarado nulo o Auto de Infração, considerando-o inapto à produção de qualquer efeito jurídico, ante os vícios formais existente, com a consequente eliminação da multa aplicada.

**3. Análise**

Os argumentos apresentados na defesa são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizarem o Auto de Infração em questão.

Não procede a alegação de que o Auto de Infração não atendeu as diretrizes do art. 27 do que previa o Decreto Estadual nº 44.844/08.

FL. Nº 36  
2  
ASSINATURA



Segundo estabelecido no aludido artigo, as circunstâncias mencionadas na defesa tratam de critérios que devem ser observados durante a realização da fiscalização e na lavratura do respectivo Auto de Infração, na forma definida naquela norma legal. Senão vejamos:

*"Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, na Lei nº 20.922, de 2013, na Lei nº 14.181, de 2002, e na Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio da Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada - SUCFIS - e das Superintendências Regionais de Regularização Ambiental - SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG. (Alterado pelo Decreto nº 46.381/2013)*

*§ 1º. O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar notificação para regularização de situação, auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pela SUCFIS, SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:*

*I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;*

*II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental; " grifo nosso*

Destarte, que conforme a norma supracitada, compete ao agente autuante, no momento da fiscalização, verificar a ocorrência de infração às normas citadas no caput e à legislação ambiental, não existindo qualquer comando legal que determine que tais circunstâncias sejam consignadas expressamente no Auto de Infração em apreço.

Diferente do que alega a Autuada, a ausência de Lei no Auto de Infração ora questionado não gera qualquer nulidade, uma vez que a disposição regulamentar que ensejou a penalidade foi devidamente descrita, nos termos do Decreto Estadual nº 44.844/2008, que tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, que regulamenta as normas contidas nas Leis Estaduais nº 7.772/1980, nº 13.199/1999, nº 14.181/2002, nº 14.184/2002, e nº 20.922/2013.

Neste sentido, assim dispõe o art. 31, do sobredito Decreto:

*"Art. 31. Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, em três vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação de processo administrativo, devendo o instrumento conter:*

*[...]*

*III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação; grifo nosso*

Ressalte-se que a lei de infringência da presente autuação é a Lei Estadual nº 7.772/1980, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Assim, a aplicação da penalidade unicamente com base em disposição regulamentar não enseja a descaracterização do presente Auto de Infração, por estar em plena consonância com o Princípio da Legalidade.



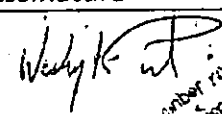
Da mesma forma, não existe qualquer comando legal que determine a descrição pormenorizada das circunstâncias consideradas para a fixação da penalidade aplicada.

Assim, não restam dúvidas quanto a legalidade da lavratura do Auto de Infração em referência.

#### 4. Parecer Conclusivo

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pela autuada e a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha, nos termos do art. 54, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo a **MANUTENÇÃO** das penalidades de multa simples no valor de R\$17.943,52 (dezesete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), apreensão do caminhão/tanque hidrojetado, Marca/Modelo Mercedes Benz/915C, Placa HNG – 8120 e suspensão da atividade.

Data: 23/05/2019

Responsável pela elaboração:	Matrícula	Assinatura
Wesley Alexandre de Paula Diretoria de Controle Processual	1107056-2	

Wesley Alexandre de Paula  
Diretoria de Controle Processual  
23/05/2019

FL. Nº 37  
2  
ASSIN.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DIRETORIA REGIONAL DE CONTROLE PROCESSUAL JEQUITINHONHA  
NÚCLEO DE AUTOS DE INFRAÇÃO

### DECISÃO ADMINISTRATIVA 1ª INSTÂNCIA

Decisão do Julgamento realizada no dia: 28/05/2019

Nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto 47.042/2016, a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE JEQUITINHONHA, decidiu:

#### PROCESSOS JULGADOS

Processo	Auto de Infração	Interessado	Parecer	Valor (R\$) sem atualização
461509/17	60249/2017	COPANOR-COPASA	INDEFERIMENTO	17.943,52
479886/17	66585/2016	COPANOR-COPASA	INDEFERIMENTO	16.616,27
495368/17	108016/2017	COPANOR-COPASA	INDEFERIMENTO	17.943,52
488144/17	56823/2017	COPANOR-COPASA	INDEFERIMENTO	17.943,52
462659/17	27292/2016	COPANOR-COPASA	INDEFERIMENTO	16.616,27
477365/17	60423/2017	COPANOR-COPASA	INDEFERIMENTO	17.943,52
467170/17	56901/2017	COPANOR-COPASA	INDEFERIMENTO	17.943,52
526205/18	111322/2018	Luiz Rogério Sawaya Batista	DEFERIMENTO	0,00

Quantidade de Processos: 8

  
Autoridade Competente

Candida Cristina Barroso de Vilhena  
Diploma de Administração e Finanças  
MACE 1821208-6 SUPPLANT JEQUITINHONHA

OBSERVAÇÕES DA DECISÃO: Decisão Administrativa embasada em Parecer Técnico / Único Defesa anexo ao processo.

FL. Nº 38

ASSINATURA



REF: DECISÃO ADMINISTRATIVA (JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO)

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD: 782/2019

Diamantina, 28 de Maio de 2019

Auto de Infração nº: 108016/2017

Processo nº: 495368/17

A Superintendência de Controle Processual Jequitinhonha pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), nos termos do Decreto 44.844, tendo em vista o Controle de Auto de Infração, examinou o Processo Administrativo em epígrafe, instaurado em desfavor da COPANOR, em decorrência da lavratura do Auto de Infração referenciado e decidiu, após análise de Defesa Administrativa apresentada:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 17.943,52 (dezesete mil novecentos e quarenta e três reais com cinquenta e dois centavos) mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;
- Manter apreensão do caminhão/tanque hidrojato, Marca/modelo Mercedes Benz/915C, Placa HNG-8120;
- Manter a manutenção da suspensão das atividades.

Desta forma, V. Sa. dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para quitação da dívida através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE anexo, ou para apresentação de recurso, que deve ser direcionado a este Setor. (Núcleo de Autos de Infração: Avenida da Saudade, 335 – Centro – Diamantina/MG, CEP: 39.100-000).

**Atenção:** Cientificamos ainda que valores de multa igual ou superior a 1.661 Ufemgs devem prover o recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tornando pré-requisito para que o Recurso Administrativo seja conhecida conforme art. 68 do Decreto 47.383/2018.

Informamos também, que o débito ora apresentado não representa a inexistência de outros débitos.

Para efeito de informação, o valor base da multa é calculado seguindo os valores vigentes da UFEMG do ano vigente, no caso 2017. O valor final da multa é constituído pelo valor base do auto de infração somado aos juros perpetuados no tempo contado desde o 21º dia da notificação até a data de emissão do DAE. Maiores esclarecimentos que se fizerem necessário favor entrar em contato pelo telefone: (38) 3532-6665.

Atenciosamente,

  
Danilo I Silva – Gestor Ambiental  
NAI Jequitinhonha

A COPANOR

Rua Joaquim Ananias de Toledo, 125 Escritório - Bairro Laerte Laender

CEP: 39.803-175

Teófilo Otoni/MG

FL. Nº 39

ASSINATUR



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Copasa Servicos de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste

ENDEREÇO  
AVENIDA Joao Pinheiro, 274

MUNICÍPIO  
BELO HORIZONTE

UF  
MG

TELEFONE  
(33) 3743-1284

DATA DE VALIDADE  
28/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO  
1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO  
3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO  
09.104.426/0001-60

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA  
2017

Nº DOCUMENTO  
0200443973527

HISTÓRICO

Auto de Infração nº 108016- Serie 2017, processo número : 495368/17

DAE 01/01

Valor do DAE : 19.741,65

Valor do Juros : 0,00

Valor da Multa : 0,00

Valor da taxa : 0,00

Valor Final TOTAL : 19.741,65

Sr.Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável:

Linha digitável do código de barras: 85630000197 6 41650213190 5 62812020044 7 39735270209 6

AUTENTICAÇÃO

TOTAL

R\$

19.741,65

MOD 06.01.11

85630000197 6 41650213190 5 62812020044 7 39735270209 6



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Copasa Servicos de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste

ENDEREÇO  
AVENIDA Joao Pinheiro, 274

MUNICÍPIO  
BELO HORIZONTE

UF  
MG

TELEFONE  
(33) 3743-1284

DATA DE VALIDADE  
28/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO  
1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO  
3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO  
09.104.426/0001-60

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

NÚMERO DO DAE  
0200443973527

VALOR  
R\$

ACRÉSCIMOS  
R\$

JUROS  
R\$

TOTAL  
R\$ 19.741,65

AUTENTICAÇÃO

MOD 06.01.11

Ju 395.568 24 8.2R

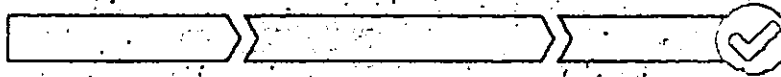
FL. Nº 40

2

ASSINATURA

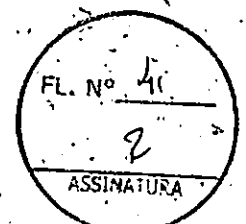
**JU395568248BR**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
05/06/2019 17:24 TEOFILO OTONI / MG

05/06/2019 17:24 TEOFILO OTONI / MG	Objeto entregue ao destinatário
05/06/2019 14:21 TEOFILO OTONI / MG	Objeto saiu para entrega ao destinatário
30/05/2019 16:30 DIAMANTINA / MG	Objeto postado



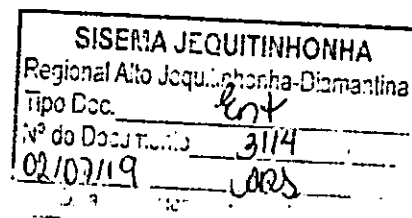
**AO NÚCLEO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO – NAI JEQUITINHONHA**

**Auto de Infração nº 108016/2017**

**OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 782/2019**

**Processo Administrativo nº 495368/2017**

**Localidade:** Distrito de Baixa-Quente, pertencente a Minas Novas/MG



**COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR**, Sociedade Anônima, CNPJ 09.104.426/0001-60, com sede Rua Joaquim Ananias Toledo, 125, bairro Laerte Laender, CEP:39.803-171, Teófilo Otoni/MG, vem por intermédio de sua procuradora que esta subscreve (procuração anexa), interpor **RECURSO** em face da decisão da SUPRAM JEQUITINHONHA, constante do **OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 782/2019**, referente ao **Auto de Infração nº 108016/2017**, por meio dos fatos e razões a seguir aduzidas.

**I - TEMPESTIVIDADE**

A COPANOR recebeu a decisão referente à defesa administrativa ao Auto de Infração nº 108016/2017 no dia 05/06/2019, por meio do **OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 782/2019**.

Assim, nos termos do artigo 66 do Decreto nº 47.383/2018, o prazo de trinta dias para apresentação de defesa irá vencer no dia **05/07/2019**.

Logo, depreende-se que o recurso, protocolizado nesta data, é tempestivo.

**II - DOS FATOS**

Foi lavrado o Auto de Infração nº 108016/2017, sendo imputada à COPANOR a conduta descrita no Decreto nº 44844/2008, art. 83, anexo I, cód. 122: "Causar poluição ou





COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO  
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.

degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população”.

Segundo o alegado pelo agente autuante, a COPANOR coletou o “esgoto doméstico do Distrito de Baixa-Quente, utilizando caminhão/tanque hidrojetado, vindo a lançar no asfalto do Trevo de Minas Novas/MG.”

Em face disso, a COPANOR apresentou defesa.

Em resposta à defesa apresentada, a SUPRAM JEQUITINHONHA indeferiu os pedidos desta Companhia, conforme **OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 778/2019**.

Entretanto, como será demonstrado no curso desta peça recursal, o referido Auto de Infração deverá ser declarado nulo e arquivado.

### **III – ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE TAXA DE EXPEDIENTE PARA ANÁLISE DO RECURSO**

Inicialmente, cumpre apontar a ilegalidade do inciso VI do artigo 68 do Decreto nº 47.383/2018, que assim dispõe:

“Art. 68 – O recurso não será conhecido quando interposto:

[...]

VI – sem o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 1975, quando o crédito estadual não tributário for igual ou superior a 1.661 Ufemgs.”

Com efeito, nos termos da Súmula Vinculante n. 21 do Supremo Tribunal Federal, “É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo”.

Saliente-se que, conforme dispõe a Lei 11.417/2006, em seu parágrafo segundo, é imperativa a obediência à Súmula Vinculante pelos Poderes Judiciário e Executivo, de todos os entes federativos. Confira-se:

“Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa

oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei."

Por conseguinte, ante a redação da Súmula Vinculante n. 21 do Supremo Tribunal Federal é ilegal a exigência disposta no inciso VI do artigo 68 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Nesse sentido, é imperativo o conhecimento do presente Recurso, bem como a devolução do valor pago referente a malfadada taxa de expediente.

#### IV - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO ANTE AO VÍCIO FORMAL

O artigo 5º, inc. XXXIX Constituição Federal de 1988 estabelece que:

*"não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;"*

Nesse sentido também está o art. 1º, do Código Penal Brasileiro:

*"Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal"*

No presente caso é flagrante a invalidade do Auto de Infração uma vez que, tal documento NÃO especifica qual dispositivo de lei que supostamente foi infringido pela Autuada:

8. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
		83	I	122	-	-	44844/08					
9. Atenuantes / Agravantes	Atenuantes						Agravantes					
	Nº	Artigo/Paráq.	Inciso	Alínea	Redução		Nº	Artigo/Paráq.	Inciso	Alínea	Aumento	
10. Retenção		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica										

Além disso, verifica-se que há o preenchimento do auto de infração com a indicação de artigo de Decreto referente à penalidade de multa, quando, na verdade, deveria constar o artigo de Lei supostamente descumprido.



Desta forma, a autuada está a desconhecer os dispositivos legais hipoteticamente infringidos, uma vez que não foram discriminados no auto de infração.

As multas foram aplicadas sem ser concedido à autuada o direito de conhecer os dispositivos legais ensejadores das penalidades, o que caracteriza grave vício formal a tornar nulo o auto de infração e, consequentemente, as multas aplicadas.

O princípio da Reserva Legal estabelece que somente lei, em sentido estrito, ou seja, editada pelo Poder Legislativo, pode definir infrações e estabelecer sanções. Logo, Medidas Provisórias, Decretos, e demais diplomas normativos não podem estabelecer infrações, nem cominar sanções.

Dessa forma, havendo violação da reserva legal, isso implica necessariamente em violação ao princípio da legalidade, pois aquele é parte deste.

Ademais, o agente autuante ao não consigná-lo no Auto de Infração, estaria atribuindo à Autuada a tarefa de supor qual teria sido o eventual dispositivo infringido.

Não basta indicar o Diploma Legal ou Regulamentar, é preciso determinar o dispositivo legal que fundamenta a autuação, de modo preciso e de forma clara, indubitável, sob pena de invalidação do auto de infração, ferindo o Princípio da Legalidade, além do prejuízo ou mesmo inviabilização do andamento da defesa, afrontando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição Federal, segundo o qual:

*"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"*

Ausente a indicação do pertinente dispositivo legal, a defesa e eventual recurso serão baseados em hipótese e não na certeza assegurada pela precisa anotação do dispositivo legal no ato da lavratura do Auto de Infração.

Assim, exigir da Autuada a produção da peça de defesa baseada em hipótese normativa, transferindo a ela a tarefa de supor qual teria sido o dispositivo, em tese, infringido, é não lhe conceder a necessária segurança jurídica pela indicação do tipo no qual sua conduta estaria inserida. É negar-lhe os elementos essenciais sobre os quais lançaria as bases da sua defesa, ferindo o Princípio da Legalidade.

Ausentes os elementos acima enunciados, o Auto de Infração em tela deverá ser declarado absolutamente nulo, pois ausentes os requisitos necessários à sua constituição válida, não tendo o mesmo a prerrogativa de estabelecer qualquer vínculo jurídico.



## **V – DOS PEDIDOS**

Ante ao exposto, requer:


- a) seja acolhido o presente Recurso, bem como o Auto de Infração nº **108016/2017** declarado nulo, considerando-o inapto à produção de qualquer efeito no âmbito jurídico, cancelando sua correspondente multa;
- b) seja cancelado o Auto de Infração nº **108016/2017** e sua correspondente multa, desfazendo-se toda e qualquer relação jurídica que tenha se originado com a lavratura de tal documento;
- c) a devolução do valor pago referente a malfadada taxa de expediente para análise do presente Recurso.

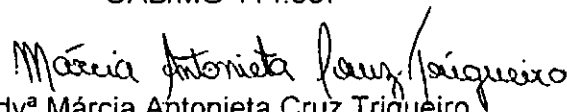
Pede deferimento.

Em anexo, a COPANOR encaminha os seguintes documentos:

- a) Procuração;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- c) Estatuto Social da COPANOR;
- d) Auto de Infração nº **108016/2017**;
- e) **OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 782/2019**;
- f) Comprovante de pagamento da taxa de expediente referente à análise de recurso interposto.

Belo Horizonte, 26 de Junho de 2019

  
Felícia Horta Silva Pereira  
Assistente Jurídico  
OAB/MG 114.887

  
Advª Márcia Antonieta Cruz Trigueiro  
OAB/MG 72.859



LIVRO - 2152P  
PRIMEIRO TRASLADO

# Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais

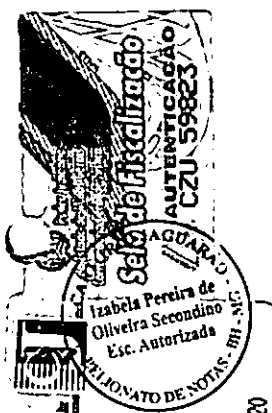


FOLHA - 111

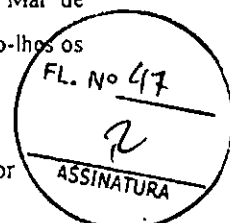
Procuração que faz Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor.

**Saibam** quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de

Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e dezenove (2019), aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor, inscrita no CNPJ sob o nº 09.104.426/0001-60, com sede na Rua Joaquim Ananias de Toledo, 125, Bairro Laerte Laender, Teófilo Otoni, Minas Gerais. CEP-39803-171, que declara que seu endereço eletrônico é: [copanor@copanor.com.br](mailto:copanor@copanor.com.br), neste ato representada, por seu Diretor Financeiro Frederico Lourenço Ferreira Delfino, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 045.670.396-96, Carteira de Identidade nº MG-11.347.357 SSP/MG, filho de Francisco Carlos Delfino e Maria Cecília Ferreira Delfino, com domicílio profissional na Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antonio, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30330-270, a presente reconhecida e identificada como a própria e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores: Adlei Duarte de Carvalho, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 72.958, CPF nº 764.776.146-34, filho de Ademar Teixeira de Carvalho e Leila Lucia Duarte de Carvalho, e-mail: [adlei.carvalho@copasa.com.br](mailto:adlei.carvalho@copasa.com.br), Juliana Janine Trovão Santos, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-MG sob o nº 93.698, CPF nº 822.752.116-91, filha de José Maria dos Santos e Lígia Leda Trovão Santos, e-mail: [juliana.santos@copasa.com.br](mailto:juliana.santos@copasa.com.br); Márcia Antonieta Cruz Trigueiro, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB-MG sob o nº 72.859, CPF nº 866.824.666-68, filha de Maurílio José Trigueiro e Maria Auxiliadora Cruz Trigueiro, e-mail: [marcia.trigueiro@copasa.com.br](mailto:marcia.trigueiro@copasa.com.br), Roberto Celso Dias de Carvalho, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 71.123, CPF nº 355.731.476-68, filho de Vicente de Paula Carvalho e Nívia de Carvalho, e-mail: [roberto.carvalho@copasa.com.br](mailto:roberto.carvalho@copasa.com.br), todos com endereço profissional na Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo Antonio, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30330-270, conferindo-lhes os



2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE  
Tabelião: João Carlos Nunes Júnior  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - 30160-011 - e-mail: [cartoriojaguarao@cartoriojaguarao.com.br](mailto:cartoriojaguarao@cartoriojaguarao.com.br)  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original apresentado, dou fe.  
Belo Horizonte,  
26/04/2019 07:33:29  
(Emo:R\$5.30); (TfJ R\$1.65); (ISS R\$ 0.25); Total:R\$7,20





poderes da cláusula “ad judícia” e “et extra” para o foro em geral e os especiais, para, em conjunto ou separadamente, representar a Outorgante perante todos os Juízos e Tribunais, nos processos em que a Outorgante compareça como autora, ré, assistente, oponente, denunciada à lide, nomeada à autoria ou chamada ao processo, podendo, os Outorgados, receber citações, notificações e intimações judiciais, renunciar, desistir, receber e dar quitação, firmar acordos e compromissos, recorrer, formular exceções, assinar carta de preposição, fazer levantamento de alvará judicial e/ou depósitos judiciais, propor, contestar, transigir, recorrer em ação rescisória, bem como agir na defesa de seus interesses perante repartições públicas e fazendárias federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Procons Estadual e Municipal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, podendo, também, interpor impugnação, manifestação de inconformidade e recurso perante a Receita Federal do Brasil (Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária), consultar dados da Outorgante, inclusive os protegidos por sigilo fiscal referidos no artigo 3º da Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.860, de 11/10/2010, tirar cópias xerográficas de documentos, ter vistas e retirar processos com carga da Secretaria da Receita Federal, solicitar certidões, documentos e obter informações relativas à regularidade fiscal, dados e valores de débitos, créditos, dívidas e pendências diversas, relatório de restrições de tributos previdenciários, protocolizar documentos e requerer certidão negativa de débito, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao desempenho deste mandato e, ainda, substabelecer em parte ou no todo, mas com reserva, os poderes que lhes foram conferidos. Protocolo nº. 3010/2019. Valores referentes a esta Procuração: Emolumentos R\$ 97,29; RECOMPE R\$ 5,84; TFJ R\$ 32,41; ISS R\$ 4,86; Total R\$ 140,40 Valores referentes ao Arquivamento de: 1 folhas: Emolumentos R\$ 5,98; RECOMPE R\$ 0,36; TFJ R\$ 1,80; ISS R\$ 0,30; Total R\$ 8,63 - Códigos CGJ/TJMG desta Procuração: (1x1458-9). Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, Mirian Bomfá Santos Alves, Tabeliã Substituta, a subscrevi. Frederico Lourenço Ferreira Delfino-TRASLADADA EM SEGUIDA.

Eu, Miriam Bomfá Santos Alves, tabeliã, a subscrevo e assino em público e raso.

Em testº. \_\_\_\_\_ da verdade.

O TABELIÃO \_\_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Ofício do 2º de Notas de Belo Horizonte  
Selo eletrônico Nº: CPZ94263  
Cód. Seg.: 7540.5053.2787.3104  
Quantidade de Atos Praticados: 2  
Emol.: R\$ 109,47 - TFJ: R\$ 34,4 - Valor Final: R\$ 143,87  
Consulte a validade deste Selo no site <HTTPS://selos.tjmg.jus.br>





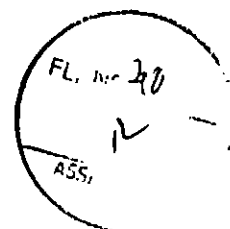
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 09.104.426/0001-60 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 10/09/2007
<b>NOME EMPRESARIAL</b> COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR		
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> COPANOR		<b>PORTE</b> DEMAIS
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> Não informada		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
<b>LOGRADOURO</b> R JOAQUIM ANANIAS DE TOLEDO	<b>NÚMERO</b> 125	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> 39.803-171	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> DOUTOR LAERTE LAENDER	<b>MUNICÍPIO</b> TEOFILO OTONI
<b>UF</b> MG	<b>TELEFONE</b> (31) 3250-1661 / (31) 3250-1763	
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> REGIA.DUTRA@COPASA.COM.BR		
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****		
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA	<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 10/09/2007	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2019 às 16:29:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda do Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300025616

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº da Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR**  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J193488594590

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

019	1	ESTATUTO SOCIAL
2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

**TEOFILO OTONI**

Local

11 Abril 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

\_\_\_\_\_  
Data

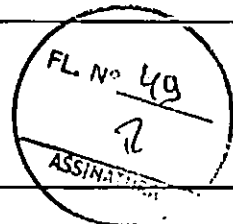
\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

### OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 1/27





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/160.049-1	J193488594590	11/04/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A  
NIRE 313.000.256-16

CNPJ/MF nº 09.104.426/0001-60

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019**

**1. Data, Hora e Local:** realizada no dia 26 de março de 2019, às 15:00 horas, na sede da Controladora, Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, localizada na rua Mar de Espanha 525, bairro Santo Antônio, CEP 30.330-270, Belo Horizonte/MG. **2. Presença:** presentes os representantes legais de ambas as Companhias, Controladora e Controlada/subsidiária integral; Francisco Eduardo de Queiroz Cançado, Diretor-Presidente e de Gestão Corporativa (interino) da Companhia e Diretor de Gestão Corporativa da Controladora; Frederico Lourenço Ferreira Delfino, Diretor Financeiro da Companhia e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (interino) da Controladora; e Sinara Inácio Meireles Chenna, Diretora-Presidente da Controladora. Presente, ainda, Kátia Roque da Silva, Secretária Executiva de Governança. **3. Convocação:** convocação dispensada nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, face à presença dos representantes legais da única acionista COPASA MG, representando, portanto, a totalidade do capital social da Companhia. **4. Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do parágrafo único do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, a Diretora-Presidente da Controladora, Sinara Inácio Meireles Chenna, que convidou Kátia Roque da Silva para secretariá-la. **5. Ordem do Dia:** (i) alteração de Capital Social da COPANOR; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) homologação do processo administrativo licitatório nº 05.2019/3023 - PEM, para aquisição de tubos em PVC OCRE, por meio de ata de registro de preços; **6. Deliberações:** instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o que segue: (i) autorizar, conforme artigo 166 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a alteração do Capital Social da COPANOR, passando de R\$148.298.064,00 (cento e quarenta e oito milhões, duzentos e noventa e oito mil e sessenta e quatro reais) para R\$169.358.982,00 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta e dois reais), mediante subscrição de novas ações no valor total de R\$21.060.918,00 (vinte e um milhões, sessenta mil e novecentos e dezoito reais); (ii) autorizar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a ter a seguinte redação: "**Artigo 5º** O capital social da Companhia é de R\$169.358.982,00 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 169.358.982 (cento e sessenta e nove milhões, trezentas e cinquenta e oito mil e novecentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real). **Parágrafo Primeiro** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo Segundo** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação Assembleia Geral, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização de bens, deverá ser ouvido o Conselho Fiscal."; (iii) autorizar a homologação do

FL. Nº 50  
2  
ASSINATURA



Junta Comercial do Estado do Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 3/27



processo administrativo licitatório nº 0520193023-PEM, aprovado pelo CRC nº 020/17 de 30/08/2017, para aquisição de tubos em PVC OCRE, por meio de ata de registro de preços, cujo valor adjudicado foi de R\$2.015.250,30 (dois milhões, quinze mil, duzentos e cinquenta reais e trinta centavos), com prazo de vigência previsto de 12 (doze) meses. 7. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e assinada pela Presidente, Sinara Inácio Meireles Chenna, pela secretária, Kátia Roque da Silva e pelos representantes da acionista controladora COPASA MG, Francisco Eduardo de Queiroz Cançado, Diretor de Gestão Corporativa; Frederico Lourenço Ferreira Delfino, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (interino); e Sinara Inácio Meireles Chenna, Diretora-Presidente. Belo Horizonte, 26 de março de 2019. Confere com a original lavrada em livro próprio. Assinada digitalmente por Kátia Roque da Silva.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025816 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 18797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/27



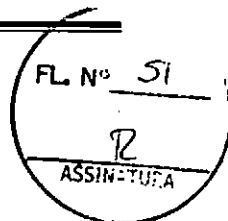
## ESTATUTO SOCIAL

### COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS - BRASIL

---

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 26/03/2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA-GERAL

pág. 5/27



**COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO  
DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR**

NIRE 313.000.256-16

CNPJ nº 09.104.426/0001-60

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**Denominação, Sede, Prazo e Objeto**

**Artigo 1º** A Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, doravante denominada simplesmente Companhia, cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, é uma Sociedade Anônima, subsidiária integral da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, doravante denominada COPASA MG ou Controladora.

**Parágrafo único** Para os efeitos deste Estatuto considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável, constituído pelas atividades necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário, constituído pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituídos pelas atividades de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e da limpeza de logradouros e vias públicas.

**Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais e terá prazo de duração indeterminado.

**Artigo 3º** A Companhia tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo todas as atividades correlatas, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados; a coleta, a reciclagem, o tratamento e a disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

**Parágrafo Primeiro** A Companhia, em sua atuação, respeitará a seguinte ordem de prioridade:

I - municípios onde a COPASA MG não atue; e

II - municípios onde a COPASA MG não tenha implantado serviço de esgotamento sanitário.





**Parágrafo Segundo** A Companhia somente poderá receber a subconcessão de serviços da COPASA MG se houver lei autorizativa do Município concedente, precedida da realização de audiência pública com as comunidades interessadas.

**Parágrafo Terceiro** A Companhia obedecerá às diretrizes do Plano de Saneamento Básico vigente para a região de sua atuação, estabelecidos nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

**Parágrafo Quarto** A Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela COPASA MG.

**Parágrafo Quinto** A COPANOR poderá valer-se do apoio operacional, logístico, administrativo e técnico da sua Controladora.

**Parágrafo Sexto** A Companhia deve gerar recursos financeiros para fazer face à manutenção de seu capital de giro, bem como dos seus custos não operacionais.

**Artigo 4º** A Companhia se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial, a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 47.154/17.

## **CAPÍTULO II**

### **Capital Social e Ações**

**Artigo 5º** O capital social da Companhia é de R\$169.358.982,00 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 169.358.982 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real).

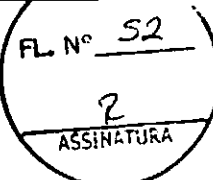
**Parágrafo Primeiro** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

**Parágrafo Segundo** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação Assembleia Geral, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização de bens, deverá ser ouvido o Conselho Fiscal.

## **CAPÍTULO III**

### **Assembleia Geral**

**Artigo 6º** A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, na qualidade de acionista único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os





negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

**Artigo 7º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Parágrafo único** As reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo Diretor-Presidente da Controladora ou, na sua ausência, por substituto eleito pelos demais presentes e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança da COPASA MG.

**Artigo 8º** Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II - aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo;

III - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, o planejamento estratégico, os planos plurianuais, o programa de investimentos, o orçamento empresarial da Companhia, bem como suas eventuais revisões;

IV - eleger e destituir os Diretores da Companhia;

V - fixar as atribuições dos Diretores, bem como definir os assuntos, as unidades organizacionais e as competências de sua responsabilidade, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto;

VI - aprovar o compromisso de metas e resultados específicos assumidos pelos membros da diretoria, bem como fiscalizar seu cumprimento;

VII - promover, anualmente, análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, bem como publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

VIII - fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

IX - avaliar anualmente o desempenho, individual e coletivo dos administradores, observados os seguintes quesitos mínimos:

a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

b) contribuição para o resultado do exercício;





c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

X - fixar a remuneração dos administradores quando não exercerem outro cargo na Controladora;

XI - autorizar a contratação, em favor dos membros dos órgãos estatutários de seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos;

XII - aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valor igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

XIII - autorizar previamente a celebração de negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), incluindo a obtenção de empréstimos e financiamentos e assunção de obrigações em geral;

XIV - autorizar, por proposta da Diretoria Executiva, a exclusão de bens móveis do ativo permanente no valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;

XV - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, a alienação, aquisição, constituição de ônus reais, bem como prestação de garantia a terceiros de bens imóveis de valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

XVI - autorizar a alienação de bens móveis e a prestação de garantia a terceiros no valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

XVII - autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

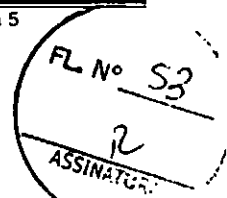
**Parágrafo único** Excluem-se da obrigação de divulgação a que se refere ao inciso VII as informações de natureza estratégica, cujo conteúdo possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia.

## **CAPÍTULO IV** **Da Administração**

### **Subseção I** **Regras Gerais**

**Artigo 9º** A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o presente Estatuto.

**Parágrafo único** A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de Termo de Posse e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.







**Artigo 10** A Companhia poderá, nos termos deste Estatuto, contratar, em favor dos membros dos órgãos estatutários, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

**Artigo 11** É vedado o pagamento de remuneração aos administradores quando esses exercerem outro cargo na Controladora.

#### **Subseção II**

#### **Requisitos e Vedações para Administradores**

**Artigo 12** Os administradores deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios:

I - ser cidadão de reputação ilibada;

II - ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;

III - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e

IV - ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:

a) dez anos, no setor público ou privado, na área de atuação da COPANOR ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;

b) quatro anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da COPANOR, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

c) quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança no setor público equivalente, no mínimo, ao quarto nível hierárquico, ou superior do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Minas Gerais;

d) quatro anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da COPANOR; ou

e) quatro anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da COPANOR.

**Parágrafo Primeiro** A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

**Parágrafo Segundo** As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso IV do *caput* não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

**Parágrafo Terceiro** As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso IV do *caput* poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

**Parágrafo Quarto** Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador.





**Parágrafo Quinto** Os Diretores deverão residir no País.

**Artigo 13** É vedada a indicação para atuar como administrador da COPANOR de:

I - representante do órgão regulador ao qual a COPASA MG ou a COPANOR estão sujeitas;

II - Ministro de Estado, Secretário Estadual e Secretário Municipal;

III - titular de cargo em comissão na administração pública, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V - parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I, II, III e IV deste artigo;

VI - pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VII - pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VIII - pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IX - pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o Estado de Minas Gerais, com a COPASA MG ou com a COPANOR, nos três anos anteriores à data de sua nomeação;

X - pessoa que tenha conflito de interesse ou que apresente fundado receio de vir a tê-lo com o Estado de Minas Gerais, com a COPASA MG ou com a COPANOR;

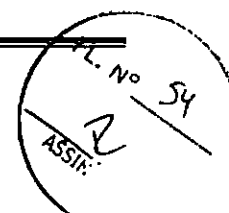
XI - pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

XII - pessoa condenada por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

XIII - pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

**Parágrafo Primeiro** Aplica-se a vedação contida no inciso III do *caput* ao servidor ou ao empregado público aposentado mesmo que seja titular de cargo em comissão da administração pública estadual direta ou indireta.

**Parágrafo Segundo** Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/16, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia ou por sua Controladora nos dois últimos anos.





### Subseção III

#### Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores

**Artigo 14** Nos termos da Política de Elegibilidade de Membros Estatutários da COPASA MG, os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

**Parágrafo único** Os requisitos acima mencionados serão comprovados por meio da apresentação do Formulário de Elegibilidade de Membros Estatutários, juntamente com a documentação exigida.

### CAPÍTULO V

#### Da Diretoria Executiva

**Artigo 15** A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, que definirá suas áreas de atuação e atribuições.

**Parágrafo Primeiro** Os membros da Diretoria Executiva deverão ser, obrigatoriamente, escolhidos dentre os membros da Diretoria Executiva da COPASA MG.

**Parágrafo Segundo** Em caso de eleição de empregado da Companhia ou da Controladora para exercer o cargo de Diretor, seu contrato de trabalho ficará, obrigatoriamente, suspenso.

**Artigo 16** Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** Atingido o prazo máximo a que se refere o *caput*, o retorno do membro da Diretoria Executiva da COPANOR só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

**Parágrafo Segundo** Não se considera recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da COPANOR.

**Parágrafo Terceiro** Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Artigo 17** É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados.

**Artigo 18** Em caso de vacância de cargo de Diretor, compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará interinamente suas funções, perdurando esta substituição até o provimento definitivo do cargo.





**Artigo 19** A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, conforme disposto no calendário de reuniões e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões da Diretoria serão realizadas, preferencialmente, na sede da Controladora.

**Parágrafo Segundo** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

**Parágrafo Terceiro** A participação do Diretor, nos termos do Parágrafo Segundo deste Artigo, será considerada presença pessoal.

**Parágrafo Quarto** As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas pelo Diretor-Presidente ou pela maioria de seus Diretores, e instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício.

**Parágrafo Quinto** No caso de ausência de qualquer membro da Diretoria Executiva, esse poderá, com base na pauta de reunião, manifestar formalmente seu voto ao Diretor-Presidente, por meios que permitam a comprovação do recebimento, até a data da reunião.

**Parágrafo Sexto** As deliberações nas reuniões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do parágrafo quinto deste artigo, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

**Parágrafo Sétimo** Após a reunião, será elaborada ata que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião.

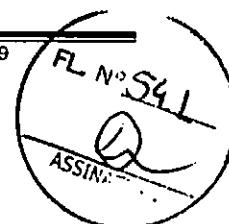
**Parágrafo Oitavo** Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria Executiva ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo quinto deste artigo deverão constar e serem juntados à respectiva ata.

**Artigo 20** Compete à Diretoria Executiva a administração dos negócios sociais da Companhia e, no exercício dessa função, deve cumprir e fazer cumprir as leis, as regras deste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e as boas práticas de governança corporativa, em proveito da Companhia e do interesse público que justificou a sua criação.

**Artigo 21** Compete à Diretoria Executiva, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável:

I - recomendar para aprovação da Assembleia Geral o planejamento estratégico, o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os 5 (cinco) anos seguintes;

II - recomendar para aprovação da Assembleia Geral o programa de investimentos e o orçamento operacional da Companhia, bem como suas atualizações e revisões;





- III - manifestar-se sobre as demonstrações financeiras - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, relatório anual da administração, notas explicativas e demais documentos contábeis - que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- IV - aprovar as políticas, os regulamentos e as normas de procedimentos, bem como o Manual de Organização da Companhia;
- V - aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas, incluindo nomeação e exoneração de cargos de confiança, bem como o código de conduta;
- VI - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- VII - propor à Assembleia o Plano de Carreiras, Cargos e Salários da Companhia, o aumento do quantitativo de pessoal próprio, a concessão de benefícios e vantagens, inclusive a alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e remuneração de dirigentes, quando for o caso;
- VIII - propor à Assembleia Geral o pagamento de Gratificação por Desempenho;
- IX- autorizar previamente a celebração de negócios jurídicos quando o valor ultrapassar R\$300.000,00 (trezentos mil reais), limitado a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), incluindo a obtenção de empréstimos e financiamentos e assunção de obrigações em geral;
- X - autorizar a alienação de bens móveis e a prestação de garantia a terceiros quando o valor envolvido ultrapassar R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) limitado a R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais);
- XI - autorizar a exclusão de bens móveis do ativo permanente, no valor de R\$50.000,00 até R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;
- XII - autorizar a exclusão de bens imóveis do ativo permanente por inutilidade ao serviço;
- XIII - autorizar doações de sucatas e bens inservíveis, de acordo com os critérios e limites definidos pela Companhia;
- XIV - autorizar a concessão de subvenção a entidades beneficentes de acordo com os critérios e limites definidos pela Assembleia Geral;
- XV - autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) limitados a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- XVI - autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor Financeiro;
- XVII - autorizar a transferência de ativos às Concessionárias de Energia Elétrica de valores





superiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), observada a legislação que rege a matéria;

XVIII - convocar a Assembleia Geral nos casos previstos na Legislação ou quando julgar necessário; e

XIX - conferir outras atribuições aos Diretores no interesse da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 22** Compete ao Diretor-Presidente:

I - exercer a direção da sociedade, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes da Assembleia Geral;

II - coordenar o planejamento global da Companhia, inclusive a elaboração dos planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia a serem submetidos à Assembleia Geral e dirigir os trabalhos da Companhia;

III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

V - elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

VI - todos os demais atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja pelo presente Estatuto atribuída a competência à Diretoria Executiva.

**Parágrafo único** Nos casos de ausência do Diretor-Presidente, devidamente formalizada à Diretoria Executiva, o mesmo será substituído por um Diretor por ele indicado.

**Artigo 23** Compete a cada Diretor:

I - executar as atribuições relativas à sua área de atuação, responsabilizando-se pelo cumprimento das deliberações e das diretrizes da Assembleia Geral;

II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;

III - outras atribuições que lhes forem determinadas pela Diretoria Executiva ou pela Assembleia Geral.

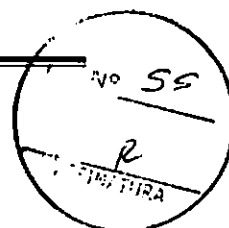
**Parágrafo Único.** Os Diretores, além dos deveres e responsabilidades próprios, serão gestores das áreas que lhes forem atribuídas pela Assembleia Geral.

**Artigo 24** A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

I - por 2 (dois) Diretores em conjunto ou com 1 (um) procurador com poderes especiais devidamente constituído;

II - pelo Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor ou com 1 (um) procurador devidamente constituído, para a movimentação de recursos financeiros da Companhia, endossos e aceites cambiais.

III - pelo Diretor de Gestão Corporativa em conjunto com outro Diretor ou com o Superintendente Executivo ou com um procurador devidamente constituído, para acordos trabalhistas.





IV - por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos;

V - por 1 (um) só Diretor, ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, ou o Superintendente Executivo, para a prática dos seguintes atos:

a) representação da Companhia perante todos os Juízos e Tribunais, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Procons Estadual e Municipal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG

b) representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados.

**Parágrafo único** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia mediante a assinatura do Diretor Financeiro após aprovação da Diretoria Executiva, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

**Artigo 25** Os Diretores poderão usufruir, a cada ano calendário, de licença remunerada por até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, concedida pela Diretoria Executiva, não cumulativa com férias remuneradas.

**Parágrafo único.** Compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído.

**Artigo 26** Os Diretores poderão usufruir, durante o seu mandato, de licença não remunerada por até 90 (noventa dias), consecutivos ou não, concedida pela Assembleia Geral.

**Parágrafo único** A Diretoria Executiva elegerá substituto para exercer o cargo durante o afastamento do titular.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Conselho Fiscal**

**Artigo 27** O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente e será composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes, dos quais um será seu Presidente, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

**Parágrafo único** O Conselho Fiscal contará com, no mínimo, 1 (um) membro indicado pelo Estado de Minas Gerais, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

**Artigo 28** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos para um prazo de atuação de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas, considerando os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 2 (dois) anos.





**Parágrafo Primeiro** Atingido o prazo máximo a que se refere o caput, o retorno do membro para o Conselho Fiscal da COPANOR só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

**Parágrafo Segundo** Os membros do Conselho Fiscal permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Artigo 29** Os membros do Conselho Fiscal da COPANOR deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada;
- II - ter formação acadêmica compatível com o exercício da função;
- III - ter experiência mínima de três anos em cargo de:
  - a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta; ou
  - b) conselheiro fiscal ou administrador em empresas;
- IV - não se enquadrar nas vedações de que trata o art. 162, §2º, da Lei das Sociedades por Ações;

**Parágrafo Primeiro** A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

**Parágrafo Segundo** As experiências mencionadas em itens distintos do inciso III não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, salvo aquelas relativas a períodos distintos.

**Artigo 30** A posse dos membros do Conselho Fiscal fica condicionada à assinatura de Termo de Posse.

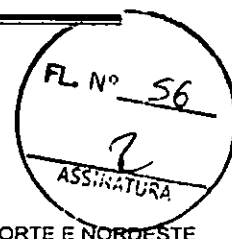
**Parágrafo Primeiro** Os Conselheiros Fiscais eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia ou por sua Controladora nos dois últimos anos.

**Parágrafo Segundo** O desempenho dos Conselheiros Fiscais, individual e coletivo, deverá ser avaliado anualmente, nos termos do que dispuser o seu Regimento Interno.

**Artigo 31** No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

**Artigo 32** No caso de vacância no Conselho Fiscal, este órgão poderá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com base no art. 163, V, da Lei Federal nº 6.404/1976, com o objetivo de eleger um substituto e o respectivo suplente para exercer o cargo até o término do prazo de atuação do Conselho Fiscal.

**Artigo 33** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.







**Parágrafo Primeiro** As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas, preferencialmente, na sede da Controladora.

**Parágrafo Segundo** É admitida a realização de reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

**Parágrafo Terceiro** A participação do Conselheiro, nos termos do Parágrafo Segundo deste artigo, será considerada presença pessoal.

**Artigo 34** As reuniões do Conselho Fiscal somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, incluindo os suplentes no caso de ausência de membros titulares.

**Parágrafo Primeiro** As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas pelo Presidente do Conselho Fiscal e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança.

**Parágrafo Segundo** No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho Fiscal, essas reuniões serão presididas por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Terceiro** No caso de ausência de qualquer membro do Conselho Fiscal, este poderá, com base na pauta da reunião, manifestar formalmente o seu voto ao Presidente do Conselho Fiscal, por meios que permitam a comprovação do recebimento, até a data da reunião.

**Parágrafo Quarto** Os membros do Conselho Fiscal não poderão se afastar do exercício de suas funções, injustificadamente, sob pena de destituição do cargo.

**Artigo 35** As deliberações nas reuniões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do Parágrafo Terceiro do art. 33 deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho o voto de qualidade.

**Artigo 36** Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes.

**Parágrafo Primeiro** Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Terceiro do art. 33 deste Estatuto deverão constar e ser juntados à respectiva ata.

**Parágrafo Segundo** O Conselho Fiscal poderá admitir em suas reuniões outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

**Artigo 37** Sem prejuízo das demais atribuições do Conselho Fiscal, a este compete:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;





II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer às informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à assembleia geral relativas à modificação do capital social, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar erros, fraudes ou crimes, sugerindo medidas úteis, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências, à assembleia geral;

V - convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que consideram necessárias;

VI - examinar as demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e sobre elas opinar, após apreciação da Diretoria Executiva da COPANOR;

VII - exercer essas atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

VIII - a pedido de qualquer dos seus membros, solicitar aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais. Os pareceres e representações do Conselho Fiscal, ou de qualquer um de seus membros, poderão ser apresentados e lidos na assembleia geral, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia.

IX - solicitar, por qualquer de seus membros aos auditores independentes os esclarecimentos ou informações que julgar necessários e a apuração de fatos específicos;

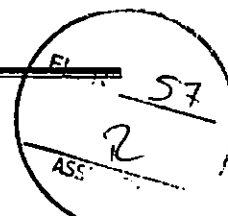
**Artigo 38** É vedado o pagamento de remuneração aos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

## CAPÍTULO VII

### Dos demais Órgãos e Unidades de Governança

**Artigo 39** A COPANOR contará com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário da COPASA MG e deverá disponibilizar todas as informações que o Comitê necessitar para o exercício de suas competências.

**Artigo 40** As atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da COPASA MG que tratarem, especificamente, de assuntos relacionados à COPANOR serão divulgadas pela Companhia.





**Parágrafo único** Na hipótese da Assembleia Geral considerar que a divulgação da ata do Comitê possa pôr em risco interesse legítimo da COPANOR, apenas seu extrato será divulgado.

**Artigo 41** A COPANOR contará com o apoio da Auditoria Interna da COPASA MG e deverá disponibilizar todas as informações que a Unidade necessitar para o exercício de suas competências.

**Parágrafo único** O Auditor Geral da COPASA MG deverá reportar-se ao Conselho de Administração da Controladora sobre as recomendações relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade, se os administradores da COPANOR deixarem de adotar medidas necessárias em relação à situação relatada em até trinta dias.

**Artigo 42** A COPANOR contará com o apoio da unidade de integridade e gestão de riscos da COPASA MG e deverá disponibilizar todas as informações que a Unidade necessitar para o exercício de suas competências.

**Parágrafo Primeiro** O titular da unidade de integridade e gestão de riscos deverá comunicar formalmente o Diretor-Presidente sobre diligências em curso em que esteja envolvido Diretor ou membro do Conselho Fiscal da Companhia.

**Parágrafo Segundo** A unidade de integridade e gestão de riscos da COPASA MG poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração da Controladora nas situações em que houver suspeita de envolvimento do Diretor-Presidente da COPANOR em irregularidades ou quando este deixar de adotar as medidas necessárias em relação a situação a ele relatada.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Do Exercício Social**

**Artigo 43** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

## **CAPÍTULO IX**

### **Da Defesa dos Administradores, Conselheiros e Empregados da Companhia**

**Artigo 44** Os administradores e os membros do Conselho Fiscal são responsáveis, nos termos da lei, pelos atos praticados e pelos danos causados no exercício de suas funções.

**Artigo 45** A Companhia, nos casos em que não tomar o polo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, por meio de sua unidade Jurídica ou por terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra conselheiros fiscais ou administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses conselheiros e administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.





**Parágrafo Primeiro** A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuem em nome da Companhia.

**Parágrafo Segundo** Se o administrador, o Conselheiro Fiscal ou o empregado da Companhia for condenado, com decisão transitada em julgado, por violação de lei, deste Estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas ou prejuízos a ela causados, salvo quando evidenciado que o ato foi praticado de boa-fé, com razoabilidade e visando ao interesse da COPANOR.

**Parágrafo Terceiro** Quando a Companhia não indicar, tempestivamente, um Advogado para a defesa do administrador, do Conselheiro Fiscal ou empregado, se este for absolvido, fará jus ao ressarcimento das custas e honorários advocatícios despendidos na ação.

## **CAPÍTULO X**

### **Da Liquidação**

**Artigo 46** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

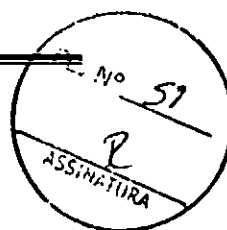
## **CAPÍTULO XI**

### **Das Disposições Gerais**

**Artigo 47** Os Conselheiros, Diretores e os empregados do quadro permanente da COPASA MG, que exercerem funções em proveito da COPANOR, continuarão sendo remunerados pela COPASA MG.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2019.

Assinado digitalmente por Kátia Roque da Silva.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/160.049-1	J193488594590	11/04/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL  
REGISTRO DIGITAL

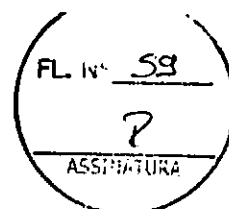
Eu, KATIA ROQUE DA SILVA, BRASILEIRA, CASADO, Aministradora de EMPRESAS, DATA DE NASCIMENTO 28/06/1968, RG Nº 3494212 DDP-MG, CPF 688.678.326-20, RUA MAR DE ESPANHA, Nº 525, BAIRRO SANTO ANTONIO, CEP 30330-270, BELO HORIZONTE - MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2019.

---

KATIA ROQUE DA SILVA

Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

## Anexo

(Anexo à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da COPANOR realizada em 26 de março de 2019)

### BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Quantidade de Ações: 169.358.982 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado"

a) Forma de Subscrição: Integralização de Capital

b) Prazo de novas subscrições: indeterminado, visto que a Empresa é uma S.A e não tem data para fechar.

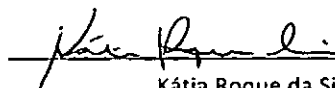
SUBSCRITOR	Quantidade de ações subscritas	Preço de subscrição (por ação)	Valor e Forma da Integralização
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, sociedade anônima de capital aberto, CNPJ 17281106/0001-03, com sede na Rua Mar de Espanha, nº 525, CEP-30330-270, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por sua Diretora-Presidente Sinara Inácio Meireles Chenna, brasileira, casada, engenheira civil, Carteira de Identidade nº MG-3.762.439 SSP/MG, CPF nº 596.478.926-91 e por seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Interino Frederico Lourenço Ferreira Delfino, brasileiro, casado, engenheiro civil, Carteira de Identidade nº MG-11.347.357 SSP/MG, CPF nº 045.670.396-96, todos com domicílio profissional na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais na Rua Mar de Espanha, nº 525, CEP 30330-270.	169.358.982	R\$1,00	Autoriza o aumento do Capital Social da COPANOR para o montante de R\$169.358.982,00 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta e dois reais), decorrente da integralização de Capital na COPANOR no valor de R\$21.060.918,00 (vinte e um milhões, sessenta mil e novecentos e dezoito reais).

Belo Horizonte, 26 de março de 2019.

"Confere com a original lavrada em livro próprio"



Sinara Inácio Meireles Chenna  
Presidente



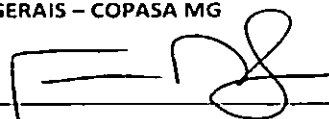
Kátia Roque da Silva  
Secretária

Subscritor:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG



Sinara Inácio Meireles Chenna  
Diretora-Presidente



Frederico Lourenço Ferreira Delfino  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Interino





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/160.049-1	J193488594590	11/04/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

FL. Nº 60  
ASSIN

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesso <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente o assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL pág. 25/27





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, de nire 3130002561-6 e protocolado sob o número 19/160.049-1 em 15/04/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7269363, em 17/04/2019. O ato foi deferido digitalmente pela 3ª TURMA DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

### Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Belo Horizonte, Quarta-feira, 17 de Abril de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

004111103  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 26/27



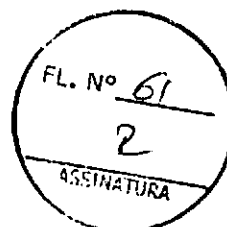
# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
460.095.076-34	ALEXANDRE BOTELHO DE MENDONCA
574.631.666-00	EMILIO CESAR RIBEIRO PAROLINI
728.445.746-53	RENATA DA SILVA SANTOS
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Quarta-feira, 17 de Abril de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA-GERAL  
pág. 27/27



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



3. Órgão Responsável pela lavratura:

☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SGRAT ☐ SUCFIS ☒ PMMG

Local:

MINAS NOVAS/MG

Data: 10/10/2017

Hora: 20:01

1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 108016/2017

Lavrado em Substituição ao AI nº:

Vinculado ao: ☐ Auto de Fiscalização nº ☒ Boletim de Ocorrência nº: 100.134 de 10/10/2017

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☐ SIM ☒ NÃO

4. Autuação

Nome do Autuado/ Empreendimento:

COPANON - SERVIÇOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO DO NORTE E NORDESTE

Data Nascimento:

Nome da Mãe:

☐ CPF: ☒ CNPJ:

09.104.426/0001-60

☐ Outros:

Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência)

RUA JOAQUIM ANANIAS TOLEDO

Nº / km:

125

Complemento:

COPANON

Bairro/Logradouro:

LADEIRA LAENDER

Município:

Teófilo Otoni

UF

MG

CEP: 39.803-175

Cx Postal:

Fone: (33) 3523-5354

E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI Nº:

Nome do 2º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI Nº:

6. Descrição Infração

CAUSAR POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE QUALQUER NATUREZA QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR EM DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS, AS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS, AOS ECOSISTEMAS E HABITATS, OU QUE PREJUDIQUE A SAÚDE, A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR POPULAR.

7. Coordenadas da Infração

Geográficas:

DATUM:

☒ WGS ☐ SIRGAS 2000

Latitude:

17º Min 13 Seg 10.4

Longitude:

42º Min 36 Seg 20.5

Planas: UTM

FUSO 22

23

24

X= (6 dígitos)

Y= (7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo

Anexo

Código

Inciso

Alínea

Decreto/ano

Lei / ano

Resolução

DN

Port. Nº

Órgão

83

I

122

-

-

44844/08

9. Agravantes / Atenuantes

Atenuantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução

Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

10. Reincidência

☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
01	P	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 17.943,52		R\$ 17.943,52
ERP:		Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$	

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:

Valor total das multas: R\$ 17.943,52 (DEZESSETE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS, CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$

12. Demais penalidades/recomendações/Observações

A EMPRESA COPANON COLHEU O ESCOTO DOMÉSTICO DO DISTRITO BOIXA QUENTE, UTILIZANDO O CAMINHÃO/TANQUE HIDROJATO, MARCA/MODELO MERCEDES BENZ/915C, PLACA HNG-8120, VINDO A LANÇAR NO ASFALTO DO TREVO DE MINAS NOVAS. AS ATIVIDADES FICAM SUSPENSAS. O VEÍCULO FOI APREENDIDO, FICANDO NO PÁTIO CREDENCIADO EM MINAS NOVAS.

13. Data Depósito

Nome Completo: \_\_\_\_\_ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG: ☐

Endereço: Rua, Avenida, etc. \_\_\_\_\_ Nº / km: \_\_\_\_\_ Bairro / Logradouro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAZ JEG. NO SEQUINTE ENDEREÇO: AV. SAPODE, Nº 335- CENTRO DIAMANTINO/MG

14. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível) \_\_\_\_\_ MASP: 146752-1 Assinatura do servidor: \_\_\_\_\_

02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) \_\_\_\_\_ Função/Vínculo com Autuado: FUNCIONÁRIO Assinatura do Autuado/Representante Legal: \_\_\_\_\_

PROTOCOLO COPANON/TOSEDE Nº 40035



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

REF: DECISÃO ADMINISTRATIVA (JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO)

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD: 782/2019

Diamantina, 28 de Maio de 2019

Auto de Infração nº: 108016/2017

Processo nº: 495368/17

A Superintendência de Controle Processual Jequitinhonha, pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), nos termos do Decreto 44.844, tendo em vista o Controle de Auto de Infração, examinou o Processo Administrativo em epígrafe, instaurado em desfavor da COPANOR, em decorrência da lavratura do Auto de Infração referenciado e decidiu, após análise de Defesa Administrativa apresentada:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 17.943,52 (dezesete mil, novecentos e quarenta e três reais com cinquenta e dois centavos) mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;
- Manter apreensão do caminhão/tanque hidrojetado, Marca/modelo Mercedes Benz/915C, Placa HNG-8120;
- Manter a manutenção da suspensão das atividades.

Desta forma, V. Sa. dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para quitação da dívida através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE anexo, ou para apresentação de recurso, que deve ser direcionado a este Setor (Núcleo de Autos de Infração: Avenida da Saudade, 335 – Centro – Diamantina/MG; CEP: 39.100-000).

*Atenção: Cientificamos ainda que valores de multa igual ou superior a 1.661 Ufemgs devem prover o recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30, da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tornando pré-requisito para que o Recurso Administrativo seja conhecida conforme art. 68 do Decreto 47.383/2018.*

Informamos também, que o débito ora apresentado não representa a inexistência de outros débitos.

Para efeito de informação, o valor base da multa é calculado seguindo os valores vigentes da UFEMG do ano vigente, no caso 2017. O valor final da multa é constituído pelo valor base do auto de infração somado aos juros perpetuados no tempo contado desde o 21º dia da notificação até a data de emissão do DAE. Maiores esclarecimentos que se fizerem necessário favor entrar em contato pelo telefone: (38) 3532-6665.

Atenciosamente,

  
Danilo I Silva – Setor Ambiental  
NAI Jequitinhonha

A COPANOR

Rua Joaquim Ananias de Toledo, 125 Escritório - Bairro Laerte Laender

CEP: 39.803-175

Teófilo Otoni/MG

PROTOCOLADO  
COMUNICADO  
Nº 346/2019  
DATA 06-06-2019

FL. Nº 03

R  
ASSINADO

SUPRAM JEQ

Avenida da Saudade, nº 335 – Centro –  
Diamantina/MG  
CEP 39.100-000 – Tel.: (38) 3532-6650

DATA 28/05/2019  
Página: 1/1



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -**

Nome:  
COPANOR-COPASA SERVICOS DE SAN INT DO NOR E NOR DE MG S/A

Endereço:

Município:  
TEOFILO OTONI

UF:  
MG

Telefone

Validade  
05/07/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO  
1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL  
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL  
3 - CNPJ  
4 - CPMI  
5 - OUTROS  
6 - RENAVAM

Tipo  
3  
Número identificação  
09.104.426/0001-60

Código Município  
686

Mês Ano de Referência  
01 a 30/06/2019

Nº Documento (situação, dívida ativa e parcelamento)  
5200902324457

Histórico:

Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E

Serviço: ANALISE RECURSO INTERPOSTO - AUTO DE INFRAÇÃO

Receita  
1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD  
Valor  
283,86

**TOTAL** 283,86

Informações Complementares:

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 108016/2017 - LOCALIDADE: DISTRITO DE BAIXA QUENTE, MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS/MG

Em caso de dúvida quanto ao DAE procure a(o) SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Pague nos bancos: BRADESCO - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MERCANTIL DO BRASIL - SANTANDER - SICOOB

Pague também nos correspondentes bancários: Agências Lotéricas; MaisBB e Banco Postal

Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digital.

Linha Digital: 85610000002 0 83860213190 9 70512520090 1 23244570137 7

Autenticação

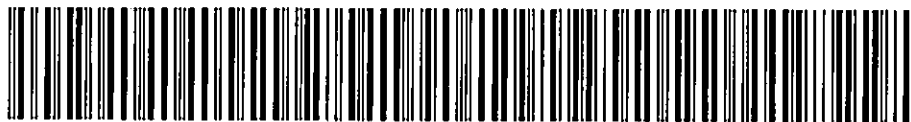
**TOTAL**

**R\$**

**283,86**

DAE MOD.06.01.11

85610000002 0 83860213190 9 70512520090 1 23244570137 7



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -**

Nome:  
COPANOR-COPASA SERVICOS DE SAN INT DO NOR E NOR DE MG S/A

Endereço:

Município:  
TEOFILO OTONI

UF:  
MG

Telefone

Autenticação

Validade  
05/07/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO  
1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL  
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL  
3 - CNPJ  
4 - CPMI  
5 - OUTROS  
6 - RENAVAM

Tipo  
3  
Número identificação  
09.104.426/0001-60

Código Município  
686

Número do Documento  
5200902324457

Receita R\$ 283,86

Multa R\$

Juros R\$

**TOTAL** R\$

R\$ 283,86

ASSINATURA

cnor - 14/06 - 425

1 7

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
14/06/2019 - AUTOATENDIMENTO - 15.01.36  
3308103308 SEGUNDA VIA 0018

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: COPANOR  
AGENCIA: 3308-1 CONTA: 5.601-4  
-----  
Convenio SECRET. FAZENDA MG  
Codigo de Barras 85610000002-0 83860213190-9  
70512520090-1 23244570137-7  
Data do pagamento 14/06/2019  
Valor Total 283,86  
-----  
DOCUMENTO: 061406  
AUTENTICACAO SISBB: R.C8E.1D9.122.EAD.B5B



FL. N° 65  
17  
ASSIN. TEL.



PARECER ÚNICO

Parecer Único nº 768/2019		DATA: 09/09/2019
Auto de Infração: 108016/2017		PA COPAM: 495368/17
Embasamento Legal: Decreto 44.844/2008, Art. 83, Anexo I, Código 122		

Autuado: COPANOR Serviços de Saneamento Norte e Nordeste	CPF/CNPJ: 09.104.426.0001/60
Município: Minas Novas/MG	
Boletim de Ocorrência: M2781-2017-0100134	Data: 10/10/2017

Equipe Interdisciplinar	MASP	Assinatura
<b>Rosane de Moraes</b> Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1.138.370-0	 <i>Rosane de Moraes</i>
<b>Rubens Barros Campos Neto</b> Estagiário de Direito		 <i>Rubens Barros Campos Neto</i>

I – Relatório:

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do Auto de Infração n.º 108016/2017, em desfavor da autuada COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste MG S/A, por colher o esgoto doméstico do distrito baixa quente, utilizando o caminhão/tanque hidrojetado, marca/modelo Mercedes Benz, vindo a lançá-lo no asfalto do trevo de Minas Novas.

O referido Auto de Infração foi lavrado com fundamento no Decreto 44.844/2008, Art. 83, Anexo I, Código 122. Pela prática da infração supramencionada foi aplicada a penalidade de multa simples no valor total de R\$ 17.943,52 (dezessete mil novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), suspensão das atividades e apreensão.

Inconformada com a decisão proferida pelo Superintendente Regional Jequitinhonha a autuada apresentou recurso administrativo tempestivo em 01/07/2019, nos termos do art. 66 do Decreto Estadual 47.383/2018, alegando:

- ✓ Ilegalidade da exigência de taxa de expediente para análise do recurso.





- ✓ Que é flagrante a invalidade do auto de infração uma vez que, tal documento não especifica qual dispositivo de lei que supostamente foi infringido pela atuada;

É o relatório.

#### 1. Fundamentação:

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o Auto de Infração em questão. Não obstante, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:

##### 1.1 Dos Fundamentos Legais da Taxa de Expediente e da sua Constitucionalidade

Em tese de recurso, alega a recorrente que há ilegalidade da exigência de taxa de expediente para análise do recurso.

A Lei nº 6.763/1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais, dispõe, em seu art. 2º, que "constituem tributos do Estado: I – impostos; II – taxas; III – Contribuição de Melhoria".

As Taxas de Expediente são, portanto, taxas estaduais, conforme expressamente previsto no art. 4º da referida Lei nº 6.763/1975.

O art. 90 da mencionada lei dispõe, por sua vez, sobre a incidência da Taxa de Expediente:

*Art. 90 – A Taxa de Expediente incide sobre:*

- atividades especiais dos organismos do Estado, no sentido de licenciamento e controle de ações que interessem à coletividade (Vide art. 5º da Lei nº 15.012, de 15/1/2004);*
- atividades praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, controladas por repartições ou autoridades estaduais, visando à preservação da saúde, da higiene, da ordem, dos costumes, da tranquilidade pública e da garantia oferecida ao direito de propriedade, bem como à proteção e à conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos (Inciso com redação dada pelo art. 21 da Lei nº 22.796, de 28/12/2017);*
- a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição (Inciso acrescentado pelo art. 2º da Lei nº 12.425, de 27/12/1996).*

A taxa de expediente para análise de impugnações e recursos foi instituída pela Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017, que alterou a Lei nº 6.763, de 25 de dezembro de 1975.

Nos termos do art. 92 da Lei Estadual nº 6.763/1975 "a Taxa de Expediente tem por base de cálculo os valores constantes na Tabela A desta lei, expressos em Ufemgs vigentes na data de vencimento" (caput com redação dada pelo art. 58 da Lei nº 22.549, de 30 de junho de 2017).





Destacaremos, assim, o item 7.30 da referida tabela A da Lei Estadual nº 6.763/1975, que "dispõe especificadamente sobre a base de cálculo para as Taxas de Expediente relativas a análises de impugnações/defesas e recursos interpostos pelo administrado":

**TABELA A**  
**LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE**  
**RELATIVA A ATOS DE AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS**

7.30	Julgamento do contencioso administrativo quando o valor do crédito estadual for igual ou superior a 1.661 UFEMGS:	
7.30.1	Análise de impugnação	113
7.30.2	Análise de recurso interposto	79

Posteriormente à referida modificação da Lei Estadual nº 6.763/1975, o Decreto Estadual nº 38.886/1997, que aprova o regulamento das taxas estaduais, foi também alterado pelo Decreto Estadual nº 47.387/2018, e passou a prever o seguinte:

*Art. 14 – A Taxa de Expediente será exigida no momento da apresentação, pelo contribuinte, de documento, requerimento ou petição, nas hipóteses em que a realização da atividade ou a prestação do serviço dependam de solicitação do interessado.*

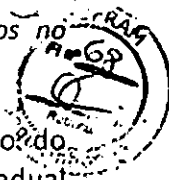
Por fim, em dezembro de 2018, foi publicado o Decreto Estadual nº 47.577/2018, que dispõe sobre a exigibilidade e a cobrança das taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Instituto Estadual de Florestas, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

A incidência e o fato gerador da referida Taxa de Expediente foram, portanto, regulamentados pelo art. 2º do referido Decreto 47.577/2018, que assim dispõe:

*Art. 2º – As taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa da Semad, do IEF, do Igam e da Feam, de que trata o item 6 da Tabela A do RTE, têm como fato gerador:*

- o exercício regular do poder de polícia conferido a esses órgãos sobre as atividades previstas no referido item, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, visando à proteção e à conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos;*
- a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos previstos no referido item.*

Desse modo, a análise de impugnação e dos recursos interpostos no âmbito do processo administrativo ambiental de natureza contenciosa cujo valor do crédito estadual





Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Diretoria de Controle Processual/NAI Jequitinhonha

seja igual ou superior a 1.661 (um mil, seiscentos e sessenta e uma) Ufemgs fica condicionada ao pagamento da taxa de expediente a que referem os itens 7.30.1 e 7.30.2 da referida tabela, constante da Lei nº 6.763/1975.

Conforme expressamente previsto no referido art. 14 do Decreto Estadual nº 47.387/2018 e art. 3º do 47577/2018, a comprovação do pagamento da taxa de expediente deverá ser realizada no momento da apresentação da defesa.

Inferre também discorrer que na Lei Estadual nº 14.184/2002 – que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública de Minas Gerais – há literal previsão normativa acerca da possibilidade de cobrança de despesas processuais desde que previstas em lei. Vejamos o que revela o art. 5º da referida lei:

*Art. 5º Em processo administrativo serão observados, dentre outros, os seguintes critérios:*

*(...)*

*IX – proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as exigidas em lei;*

Nota-se a possibilidade da cobrança de despesas processuais na esfera processual administrativa, desde que haja previsão legal. Ora, pela menção de toda a cadeia normativa que fundamenta sua validade e eficácia já aqui descrita, há de se considerar que o tributo é notadamente legal, da mesma forma que se sustenta pelos casos que foram objetos de apreciação pelos tribunais pátrios onde, para aqueles considerados inconstitucionais, não guarda qualquer equivalência.

Por todo exposto, a cobrança da taxa de expediente como fundamento para análise das defesas e recursos administrativos não apenas possui amparo nas legislações supramencionadas, como decorre de determinação legal, a qual a administração pública não pode ignorar, sob pena de flagrante desrespeito ao princípio constitucional da legalidade.

Ademais, a competência do Estado para instituição de taxas foi conferida pela própria Constituição Federal, não sendo cabível, portanto, a alegação da impetrante de inconstitucionalidade da cobrança da referida taxa de expediente.

Importante ressaltar que a taxa de expediente não está abarcada na vedação constante da Súmula Vinculante 21 do STF, a qual dispõe ser “inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”.

A referida súmula veda a exigência de depósito prévio de percentual do valor do tributo cobrado ou de multa como condição de exigibilidade de recursos em sede administrativa.

A taxa de expediente, além de ser um tributo estadual previsto na legislação vigente, possui um valor fixo previamente estabelecido pela Lei Estadual nº 6.763/1975, em nada se confundindo, portanto, com a exigência de depósito prévio de parte do valor da multa

2



aplicada. Desse modo, é possível afirmar a vidente constitucionalidade da cobrança de taxa de expediente para análise de defesas e recursos administrativos.

Tal entendimento encontra respaldo em decisão proferida pela ministra do STF, nos autos da Ação Reclamatória nº 25511/CE, senão vejamos:

*Ao exame dos aludidos precedentes, esta Corte analisou a constitucionalidade da exigência do depósito prévio de percentual do valor do tributo cobrado ou de multa como condição de exigibilidade de recursos em sede administrativa.*

*A moldura delineada na presente reclamação, por sua vez, não diz com a exigência de depósito prévio, mas com a cobrança da denominada "Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público – Julgamento do Contencioso Administrativo Fiscal", espécie tributária instituída pela Lei Estadual nº 15.838/15, a qual tem como fato gerador "a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição". Confira-se:*

*Art. 1º A Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público tem como fato gerador:*

*I - o exercício regular do poder de polícia;*

*II - a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. (RCL 25511/CE, Rel. Min. Rosa Weber, STF 09.12.2016).*

**EMENTA: AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RELEVANTE. LIMINAR NÃO CONCEDIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

1. O Agravo Interno foi interposto com o objetivo de modificar a decisão interlocutória que concluiu pela inexistência de fundamento relevante que justificasse a concessão da liminar nos autos do Mandado de Segurança.

2. O fundamento relevante e a possibilidade concreta de que a eficácia da medida reste comprometida se deferida tão somente ao fim da demanda são os requisitos que devem estar presentes para a concessão da liminar.

3. Após análise dos autos, verificou-se que não restou demonstrado fundamento relevante que justifique a concessão da medida liminar, sobretudo, porque a Lei 15.838/2015 que instituiu a taxa ora impugnada está em plena vigência.

4. A lei goza, no ordenamento jurídico brasileiro, da "presunção" de constitucionalidade, assim como os atos administrativos gozam da presunção de legalidade, logo não é possível, em juízo de sumária cognição, afastar a cobrança da Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público realizada pelo Estado do Ceará em face da prestação de serviço público.

5. Os agravantes não trouxeram argumentos novos que justifiquem a modificação da decisão interlocutória que concluiu pela ausência de fundamentação relevante.

6. Agravo Interno conhecido e não provido.

3. Ante o exposto, ausente identidade material entre os atos confrontados, forte no art. 21, § 1º, do RISTF, nego seguimento à presente reclamação, restando prejudicado o exame do pedido liminar. (RCL 25511/CE, Rel. Min. Rosa Weber, STF 09.12.2016).

## 1.2 Da Validade do Ato Administrativo

Alega a recorrente que é flagrante a invalidade do auto de infração uma vez que, tal documento não especifica qual dispositivo de lei que supostamente foi infringido pela atuada.

Destaca-se, portanto, que no Auto de Infração nº 037643/2016 há indicativo do embasamento legal acerca da penalidade aplicada, qual seja art. 84, anexo II, código 243 do Decreto Estadual 44.844/2018 que disciplina:



*Art. 84, anexo II, código 213:*

*Extrair água subterrânea sem a devida outorga ou em desconformidade com a mesma.*

Ainda, faz-se necessário mencionar que os Decretos regulamentares são normas jurídicas expedidas pelo Chefe do Poder Executivo com a função de pormenorizar e desenvolver as disposições gerais e abstratas da lei, viabilizando sua aplicação em casos específicos.

O princípio da legalidade, por sua vez, que está consubstanciado no artigo 5º, II, da Constituição Federal, que assim dispõe: II-ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, não é violado pelo definido nos regulamentos. Este princípio tem como objetivo estabelecer limites ao Poder Executivo e proteger o cidadão; garantindo que as prescrições gerais sejam fixadas pelo Poder Legislativo como fruto da manifestação das diversas posições da sociedade.

Uma vez estabelecidas, por lei, obrigações e regras para o uso dos bens ambientais, cabe ao Poder Público, com o escopo de viabilizar o exercício do poder de polícia pelos órgãos competentes, minudenciar os preceitos gerais, de forma a regular a atuação da Administração, sempre em consonância com o princípio da legalidade, cujo conteúdo, em sua aplicação aos órgãos públicos, é consubstanciado na noção que o administrador só pode fazer aquilo que a lei – em sentido amplo – permite.

Em Minas Gerais, é a Lei Estadual nº 7.772/1980 que define, no seu Capítulo VI, as penalidades relativas às infrações às normas de proteção ao meio ambiente e que prevê, expressamente, inclusive, no §2º do art. 15, que o regulamento da lei detalhará o procedimento administrativo de fiscalização, de aplicação de sanções e a tipificação das infrações. Vejamos:

*Art. 15. As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH serão punidas nos termos desta Lei.*

*[...]*

**§ 2º O regulamento desta Lei detalhará:**

**I – o procedimento administrativo de fiscalização;**

**II – o procedimento administrativo, as hipóteses e os critérios para aplicação de sanções;**

**III – a tipificação e a classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos; (grifo nosso)**

**IV – a competência e o procedimento para elaboração das normas técnicas complementares.**

Dessa forma, o Decreto Estadual nº 44.844/2008, ao tipificar e classificar as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelecer procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, o faz em total obediência à lei, bem como a toda a legislação ambiental pátria. O Decreto em tela, ao prescrever a sanção administrativa tipificada no art. 84, anexo II, código 213, concretizou o dever jurídico previsto em lei stricto sensu, em total consonância com o princípio da legalidade.

2



Em vista de tal fato, o Auto de Infração em tela, atendeu perfeitamente as diretrizes do art. 27, incisos I e II do que previa o Decreto Estadual nº 44.844/2008, com a menção clara e precisa das normas que embasaram a aplicação da sanção administrativa. Afasta-se, por consequência, a alegação de violação ao disposto no art. 31, III do Decreto em testilha.

## 2. Conclusão:

Por todo exposto, entende-se que o Recorrente não apresentou nos autos do presente processo fatos ou documentos contrários à decisão proferida pela Superintendente Regional Jequitinhonha, razão pela qual remetemos os autos do presente processo à Unidade Regional Colegiada do Copam – Jequitinhonha, nos termos da competência estabelecida pelo art. 73-A do Decreto Estadual nº 47.042 de 2016, recomendando a manutenção das penalidades aplicadas no auto de infração, sendo elas:

- Multa Simples no valor de R\$ 17.943,52 (dezesete mil novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos);
- Suspensão das atividades no local, até a devida regularização;
- Apreensão do caminhão/tanque hidrojetado, marca/modelo Mercedes Benz/915C, Placa HNG – 8120 até que seja comprovada a adequação da atividade irregular pela recorrente;

É o parecer, s.m.j.

Diamantina, 09 de setembro de 2019.

